

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

HERCULANO FRANCISCO DOURADO

**A TRANSPOSIÇÃO DO TEXTO
FALADO PARA O TEXTO ESCRITO
OS LIMITES DO REVISOR NO DISCURSO
PARLAMENTAR**

Brasília - DF

2008

HERCULANO FRANCISCO DOURADO

**A TRANSPOSIÇÃO DO TEXTO
FALADO PARA O TEXTO ESCRITO
OS LIMITES DO REVISOR NO DISCURSO
PARLAMENTAR**

Monografia apresentada para o Curso de
Especialização em Processo Legislativo da
Câmara dos Deputados.

Orientador: Prof. Miguel Gerônimo da Nóbrega
Netto

Brasília - DF

2008

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Dourado, Herculano Francisco.

A transposição do texto falado para o texto escrito [manuscrito] : os limites do revisor no discurso parlamentar / Herculano Francisco Dourado. -- 2008.
87 f.

Orientador: Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Discurso parlamentar, análise, Brasil. 3. Processo legislativo, Brasil. 4. Taquigrafia. I. Título.

CDU 342.537:651.93(81)

A TRANSPOSIÇÃO DO TEXTO FALADO PARA O TEXTO ESCRITO: OS LIMITES DO REVISOR NO DISCURSO PARLAMENTAR

Monografia – Curso de Especialização em Processo
Legislativo da Câmara dos Deputados – 1º Semestre de
2008

Aluno: Herculano Francisco Dourado

Banca Examinadora

Orientador: Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto

Examinador: Cláudia Gomes Paiva

Brasília, 15 de fevereiro de 2008

Dedicamos este breve estudo à Prof. MSc.
Maria Aparecida Silva de Abreu, pela sua
dedicação e confiança depositada em nosso
trabalho.

Aos meus filhos, Felipe, Gabriel e Letícia, que compreenderam os momentos de ausência, para dedicação ao estudo e à conclusão deste trabalho.

A minha esposa, sempre presente, pelo apoio a esta laboriosa vida acadêmica.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito de mais um degrau ultrapassado, principalmente aos colegas de curso.

Aos nobres colegas taquígrafos Flávio Freza e Rosane Galvão pelas valorosas e imprescindíveis contribuições.

Ao Prof. Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto pelas suas orientações ministradas, pela sua dedicação e estímulo a todos nós alunos.

Mudemos a estratégia quando não nos acontece alguma coisa.

(Autor desconhecido)

RESUMO

Este estudo é resultado da análise de discursos políticos proferidos pelos parlamentares na Câmara dos Deputados. Tem o objetivo de estabelecer no processo legislativo a importância do registro taquigráfico, como publicidade das decisões deliberativas e registro final dos discursos nos Anais da Casa; identificar as razões por que a Mesa da Casa solicita somente o registro inicial, ou seja, a fase de taquigrafia, sem a revisão; mostrar que a revisão de texto nem sempre mantém a fidelidade semântica e discursiva em relação ao discurso do parlamentar; e, finalmente, delimitar a ação do revisor para que ele não interfira semanticamente no texto, nas idéias e intenções do autor e na sua relação discursiva com seus interlocutores, respeitando as diversidades culturais dos parlamentares. Entende-se que o discurso parlamentar está intimamente ligado à formação discursiva e ideológica do autor. O *corpus* é constituído por dois tipos de pequenos trechos, isto é, registros de trechos de discursos parlamentares. O primeiro é composto de pequenos trechos relidos por outros taquígrafos, após serem registrados. O segundo é formado por trechos de maior extensão e complexidade, correspondendo, respectivamente, às atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor. Esses textos foram selecionados aleatoriamente de registros de pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara dos Deputados. A pesquisa será feita seguindo os seguintes passos: coleta, leitura e reflexão de textos teóricos a respeito das disciplinas do Curso de Processo Legislativo e a confrontação com discursos parlamentares (taquigrafia, revisão), proferidos no plenário e nas comissões, no âmbito do Congresso Nacional. O trabalho apresenta fundamentação teórica, análise dos textos que compõem o *corpus* e a interpretação das alterações feitas pela revisão nos textos, de acordo com a fundamentação teórica. Finaliza demonstrando que há grande interferência do revisor e até mesmo do taquígrafo nos textos parlamentares investigados, que comumente não mantêm fidelidade semântica e discursiva com o texto original, o que pode ser indicação de que o fato ocorre regularmente nas revisões feitas nesse âmbito.

Palavras-chave: 1.Discurso parlamentar; 2.Processo Legislativo; 3.Registro; 4.Taquigrafia; 5..Discurso político; 6.Revisor; 7. Fidelidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEDI - Centro de Documentação e Informação

CEFOR - Centro de Formação, Treinamento

CENIN - Centro de Informática

COHID - Coordenação de Histórico de Debates

CORED - Coordenação de Redação Final

COREV - Coordenação de Revisão

COTAQ - Coordenação de Registro Taquigráfico

DETAQ - Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados

DILEG - Diretoria Legislativa

RICD - Regimento Interno da Câmara dos Deputados

SILEG - Sistema de Informação Legislativa

SITAQ - Sistema de Informática da Taquigrafia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 As concepções de linguagem, língua e fala	15
1.2 Definição de discurso.....	18
1.2.1 A formação discursiva.....	20
1.3 Definição de Taquigrafia e sua origem	25
1.3.1 Métodos e aprendizagem	28
CAPÍTULO II	30
O TEXTO E A SUA REVISÃO	30
2.1 Atuação do revisor para o alcance da coesão do texto	33
2.2 A atuação do revisor para o alcance da coerência do texto	35
2.3 O texto parlamentar e o papel do revisor.....	37
CAPÍTULO III	41
O REGISTRO TAQUIGRÁFICO NO PARLAMENTO	41
3.1 Importância do registro taquigráfico	43
3.2 A notas taquigráficas e o processo legislativo	45
3.3 A linguagem técnica no processo legislativo.....	47
CAPÍTULO IV	50
ATUAÇÃO DO TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR	50
4.1 A Revisão	52
4.1.1 O processo de revisão do texto parlamentar e as fases do processo taquigráfico .	52
4.1.2 A atuação do revisor	54
4.1.3 A fidelidade ao texto original	62
OS LIMITES DO REVISOR	63
5.1 O Corpus	63
5.1.1 As intervenções do taquígrafo	64
5.1.2 As intervenções do revisor e do supervisor	70
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional é composto por duas Casas Legislativas com representantes de todas as Unidades da Federação, eleitos pela população. São Senadores e Deputados, que possuem as mais variadas formações discursivas e ideológicas. Nesse contexto, sendo o Brasil um País continental com culturas bastante diferentes de norte a sul e uma variedade lingüística em relação ao lugar de onde se fala, ocorre essa variação na diversidade de formação discursiva sem deixar de considerar os conhecimentos adquiridos durante a vida de nossos representantes.

Todavia, há pontos de convergência, em que todo esse complexo de conhecimentos e abordagens é reproduzido e efetivado pelos representantes dos estados do povo: as duas Casas do Congresso Nacional. Isso é feito por intermédio dos discursos proferidos no plenário e nas comissões, um dos principais meios de interação entre a população brasileira e os parlamentares, quando acontece a comunicação entre esses interlocutores.

Durante esse processo, entram em ação dois importantes sujeitos, aqueles que procedem à transcrição e à arte final do texto: o taquígrafo e o revisor. O taquígrafo tem papel fundamental no âmbito do Congresso Nacional, pois é ele quem dá formato de texto aos pronunciamentos proferidos pelos Deputados e Senadores na tribuna, ou seja, a transposição do texto falado para o escrito. Já o revisor é o responsável direto pela coesão e coerência, a fim de manter a ordem e a clareza do texto.

Este trabalho, então, tem como escopo e foco não somente o texto escrito ou o discurso, objeto da tarefa dos revisores. O fulcro central que se pretende estabelecer encontra-se em um dos sujeitos citados: aquele que procede à “arte final”, o esmerilador do texto, o revisor. É ele quem trabalha o objeto bruto – que lhe é entregue inacabado –, para ser submetido ao seu crivo e à sua pena, mas que acaba por fazer muito mais do que lhe permite o seu papel de revisor e não de “dono” do texto. Daí o motivo pelo qual se intenta, neste estudo, o estabelecimento de parâmetros e limites ao papel do revisor de textos nos discursos proferidos na Câmara dos Deputados.

Debatem os gramáticos, os filósofos, os lingüistas em geral, na busca incessante e ingrata de normatizar o uso das variantes lingüísticas. Engessada na gramática normativa¹, mas viva e buliçosa nas gramáticas descritivas, a língua é prática social, é essencialmente pragmática e determinada pelos contextos históricos, sociais, temporais e espaciais. Por isso, a prática revisional não se limita à aplicação das regras da gramática normativa. Contudo, para que se estabeleça limite à ação interventiva do revisor ou até um método, é necessária uma análise do conceito de revisão: é preciso delimitar, definir, traçar os parâmetros do papel do revisor. Para tal desiderato, cumpre que se defina a ação do revisor. Dele não se espera apenas uma revisão, mas intervenção real e efetiva na redação. Não cabe a ele apenas e tão-somente localizar o erro, mas saná-lo, dando coesão e coerência ao texto.

O trabalho do revisor é essencialmente encontrar o erro e eliminá-lo, para manter a ordem e a clareza do texto. Entretanto, tanto o taquígrafo quanto o revisor não podem interferir na legitimação popular, que cada parlamentar traz consigo. São nuances e características diferentes, já que os verdadeiros “autores” dos textos são partícipes de formações discursivas e ideológicas distintas, que devem ser consideradas, para não alterar semântica e discursivamente o texto do parlamentar e se garanta a autenticidade dos discursos para não prejudicar o processo legislativo, que incorpora o produto discursivo como fim dos fatores de legitimação da atividade parlamentar.

A experiência do dia-a-dia revela uma realidade um tanto obscura, uma vez que não há uma metodologia eficiente para a tarefa revisional. Já no nascedouro da “tradução” (do texto oral para o escrito), mudanças significativas são realizadas no discurso parlamentar, antes mesmo de chegar ao crivo do revisor. O que não deveria ocorrer, sob pena da homogeneização desses discursos, com perda das diferenças que fazem do parlamentar o representante não só político, mas também cultural de um povo tão rico em diversidade como o brasileiro.

Daí a importância deste trabalho em relação à ação interventiva do revisor: uma reflexão sobre o assunto é fundamental para que a prática revisional não se limite à aplicação das regras da gramática normativa, mas também não imprima nos textos parlamentares alterações inadequadas ao estilo de cada autor. Cada parlamentar tem sua origem e seu estilo, e isso deve ser preservado.

¹ Definição de gramática normativa e gramática descritiva pág. 19.

Nesse sentido, temos como objetivos específicos: analisar se a revisão de texto mantém a fidelidade semântica e discursiva em relação ao discurso do parlamentar; delimitar a ação do revisor para que ele não interfira semanticamente no texto, nas idéias e intenções do autor e na sua relação discursiva com seus interlocutores, respeitando a diversidade cultural dos parlamentares; demonstrar a importância do registro taquigráfico para o processo legislativo, tais como: publicidade das decisões deliberativas e registro final dos discursos nos Anais da Casa.

O descortinamento da atividade de revisão não está no rol dos desafios que enfrentam as ciências exatas. Considera-se, para a execução deste trabalho, que a criação discursiva é atividade humana, pois assim é a linguagem. Da mesma forma que criar textos é próprio da atividade humana, assim também é a atividade de revisão. A aceção de texto que ora se utiliza, como de resto se faz em todo este trabalho, é a que lhe dá a Análise do Discurso, aliada à definição dada por Bakhtin (2000).

O discurso parlamentar está intimamente ligado à formação discursiva e ideológica do autor. Esses conceitos serão abordados conforme as palavras de Orlandi (1996, 2005a e b); Brandão (2004), Foucault (2004) e outros. O conceito de ideologia será o de Thompson (1995). Este trabalho se fundamenta, ainda, em Fairclough (2001), no que toca ao pensamento sobre mudança social e política por meio do discurso, e em outros autores que surgirem durante a investigação.

O *corpus* deste estudo é composto por registro de trechos de pronunciamentos de parlamentares proferidos na Câmara dos Deputados, que correspondem às atividades desenvolvidas pela Taquigrafia. O intento é mostrar a importância da transposição da oralidade para a escrita e buscar respostas para as seguintes questões:

1. Normalmente o revisor de textos parlamentares se preocupa com a fidelidade semântica e discursiva desses textos, agindo neles a fim de manter sua ordem e clareza?
2. De que modo pode ser feita a revisão de textos parlamentares mantendo a fidelidade semântica e discursiva com o pronunciamento de seu autor, conforme sua formação ideológica e discursiva?

3. O revisor deve reduzir o texto parlamentar em nome da pretensa objetividade ou deve deixar que o representante escolhido pelo povo se mostre, mostre sua atuação?

4. Até que o ponto o revisor deve interferir no discurso do parlamentar para manter a clareza e coesão do texto, em detrimento do processo legislativo?

Esta pesquisa se divide em cinco capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica, em que se faz uma abordagem sobre a definição de linguagem, língua e discurso; expõe o pensamento de alguns estudiosos sobre a concepção de discurso e a formação discursiva e ideologia; e, finalmente, trata da questão da definição de taquigrafia e os métodos de aprendizagem.

No segundo capítulo destacou-se a definição de texto e o significado de se fazer revisão, bem como a atuação do revisor para o alcance da coesão e coerência e, ainda, as nuances do texto parlamentar e o papel do revisor.

O terceiro capítulo tratou exclusivamente da base regimental e do registro taquigráfico, ou seja, da importância do registro tanto para a memória política do País quanto na área jurídica; e do trabalho realizado pela Taquigrafia dentro do processo legislativo e do uso da linguagem técnica.

O quarto capítulo traz breve relato do processo de revisão, do trabalho do revisor e da fidelidade ao texto original, bem como os subsídios que o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados fornece aos seus subordinados para a realização de suas tarefas diárias.

No capítulo derradeiro apresenta-se a análise do *corpus*, a identificação dos erros apresentados nesses textos e a análise propriamente dos registros dos taquígrafos comparados aos do revisor e do supervisor. Finaliza o presente trabalho com considerações gerais sobre a análise feita.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de adentrar o tema específico deste trabalho, entende-se importante apresentar uma abordagem sobre a definição de linguagem, língua, fala e discurso na visão de alguns autores, a fim de fornecer subsídios para a compreensão da passagem do texto falado para o texto escrito, bem como para o conhecimento dos fundamentos os quais deve o revisor de texto ter, ou seja, um entendimento básico para exercer e desenvolver suas atividades profissionais, além da informação necessária para confrontá-las com a linha adotada pela Análise do Discurso.

1.1 As concepções de linguagem, língua e fala

Bechara (2004, p.27) define linguagem como “(...) qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar idéias e sentimentos, isto é, conteúdos da consciência.” Expressa ainda que a linguagem, entendida como atividade humana de falar, pode ser representada por cinco dimensões universais: criatividade, materialidade, semanticidade, alteridade e historicidade.

Sem nos aprofundarmos em cada uma dessas dimensões, *en passant*, temos: a criatividade se manifesta como atividade livre e criadora; a materialidade é o nível biológico da linguagem, ou seja, a utilização dos órgãos de fonação; a semanticidade trata do significativo; a alteridade, em que o indivíduo é um “ser com outros” – todos são sempre co-falantes e co-ouvintes; e a historicidade baseada na tradição lingüística de uma comunidade histórica. (BECHARA, 2004, p.28)

Segundo Cunha e Cintra (2001, p.1), o termo linguagem também é usado para designar todo sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Porém, para existir uma linguagem, há a necessidade de que se lhe atribua algum valor convencional a determinado sinal.

Por outro lado, o estudo da linguagem deve-se muito aos ensinamentos de Saussure (BRANDÃO, 2004, p.7), sobretudo a sua concepção dicotômica entre língua e fala. A língua tem sido concebida por muitos, até hoje e desde Saussure, como sistema

de signos, em que cada um é constituído de um significante e de um significado² (CARDOSO, 1999, p.15). Além de tecer uma teia de relações entre esses elementos lingüísticos, essa concepção parte do princípio de que a língua é um fato social, cuja existência se baseia nas necessidades de comunicação.

A evolução da língua, segundo Cardoso (1999, p.16), perpassa três fases fundamentais. A primeira trata a concepção de língua como instrumento de comunicação, que representou o rompimento com a Gramática de Port-Royal (1612-1694), para a qual a linguagem é a expressão do pensamento. A segunda fase trata a língua como estrutura, a qual teve destaque com a Escola de Copenhague, em que o estruturalismo lingüístico atingiu sua mais radical expressão. Assim: “É o desdobramento da Lingüística saussureana que leva às últimas conseqüências a tese de Saussure de que a linguagem é forma e não substância, ou seja, de que não há nada de substancial na língua.” (CARDOSO, 1999, p.18). A terceira fase considera a língua como sistema funcional, tendo o processo de comunicação diversos fatores influentes. Podemos dizer que há uma hierarquia de funções implicada em cada mensagem, dando origem à seguinte classificação no ato da comunicação: a) referencial: ênfase no contexto; b) emotiva: ênfase no remetente; c) conativa: ênfase no destinatário; d) fática: ênfase no contato; e) metalingüística: ênfase no código; f) poética: ênfase na mensagem.

A concepção mais moderna, segundo Cardoso (1999, p.19), em relação ao sistema lingüístico adotado por Halliday (1973, 1976) são três funções determinantes da estrutura da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. A ideacional está ligada ao sentido cognitivo ou conteúdo proposicional de orações. A interpessoal refere-se às distinções de modo ou modalidade. E a textual está relacionada à estrutura gramatical e às orações.

A grande novidade, segundo Cardoso (1999, p.20), está na função textual: “Essa função permite ao falante e ao ouvinte construir ‘textos’, ou passagens encadeadas de discurso que sejam situacionalmente apropriadas; ela capacita o leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de oração.”

² Conceito de significado, conforme Dicionário Aurélio - 4.E. Ling. Aquilo que uma língua expressa acerca do mundo em que vivemos ou acerca de um mundo possível. [Corresponde ao conceito ou à noção, ao passo que o significante corresponde à forma.]

Ficou de fora da visão de Cardoso (op. cit.) a concepção de linguagem como discurso e como ação e interação social. Seguindo esta linha de pensamento, Koch (2001) entende a linguagem como atividade, como forma de ação orientada pela finalidade do interlocutor. A linguagem seria, desse modo, um lugar de interação que possibilita que os membros de uma sociedade pratiquem os mais diversos tipos de atos, que vão exigir de seus semelhantes reações ou comportamentos que, por sua vez, levam ao estabelecimento de vínculos e compromissos que antes não existiam. Nesta visão, são inúmeras as funções da linguagem.

Como discurso (cf. BRANDÃO, 2004 e ORLANDI, 2005), a língua é uma prática social e, portanto, é também política e ideológica. Nela e por meio dela os discursos se proliferam, se dispersam no tempo e no espaço. Eles, como os sujeitos, são determinados social e historicamente. Nessa concepção de linguagem, os sentidos são construídos com base nos elementos que compõem o momento de interlocução: a linguagem e o sujeito e suas historicidades, respectivamente, o contexto de produção do texto e da leitura. Aqui, as funções da linguagem são incontáveis, e há a possibilidade de inúmeras e distintas leituras para um mesmo texto.

Numa visão discursiva, a concepção de língua formulada por Possenti (2005, p.84) aponta para o fato de que os falantes sabem analisar o valor dos recursos expressivos, uma vez que se trata de “um grupo de pessoas que compartilham de um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo”.

Portanto, há a individualização do discurso, que torna a enunciação irrepetível e única. A interpretação do enunciado deve, portanto, ter em consideração as regras de semântica, bem como os valores atribuídos às formas em sua materialidade, o contexto de produção do texto, o conhecimento partilhado e o não-partilhado e tantos outros fatores que interferem na produção do texto e da leitura. Desse modo, tem-se que a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, que é histórica e social: uma frase dita por alguém num dado momento e lugar jamais conterà o mesmo enunciado que a mesma frase dita em outra ocasião e espaço, porque haverá em cada um desses locais uma função enunciativa diferente (BRANDÃO, 2004, p.36).

A Gramática Normativa é bem sintética quanto à definição de falar: “ato de expressar-se oralmente” ou “uma técnica idiomática efetivamente realizada”. A título de

exemplo, segundo o Dicionário Aurélio, além da Gramática Normativa, vejamos a definição de outras gramáticas:

Gramática normativa. 1.E. Ling. Aquela que prescreve as normas do bem falar e escrever, i. e., a que estabelece o padrão (10) vigente; gramática prescritiva.

Gramática descritiva. 1.E. Ling. Estudo da gramática que visa a descrever os padrões contidos num *corpus* falado ou escrito.

Gramática gerativa. 1.E. Ling. Teoria lingüística que procura estabelecer, com base em princípios universais, um modelo geral de gramática, do qual derivariam as gramáticas de cada língua em particular; gramática gerativo-transformacional, gramática transformacional.

Gramática tradicional. 1.E. Ling. Todo o estudo de cunho gramatical que segue os princípios impostos pela tradição anterior ao advento da ciência lingüística.

Percebe-se claramente que o enfoque dado pelos gramáticos em relação à linguagem, língua e fala se distancia da concepção adotada pela Análise do Discurso. Isso implica que aquele que segue apenas as gramáticas tradicionais para fazer revisão de texto segue uma concepção de linguagem em desuso e, normalmente, não respeita aquilo que determina o modo e o porquê do dito, pois tudo o que se diz é dito por alguém, em dado lugar, num momento histórico e social, por razões políticas e ideológicas e para determinados interlocutores. É necessário, então, que o revisor entenda isso e siga essas orientações ao revisar os textos, para não fazer alterações semânticas e discursivas. Desse modo, no caso dos parlamentares, o povo poderá ter uma visão mais clara de seus representantes e dos representantes das Unidades da Federação no Congresso Nacional.

1.2 Definição de discurso

A Análise do Discurso trata especificamente do pronunciamento, que etimologicamente concebe uma idéia de movimento. Portanto, discurso é palavra em movimento por meio da linguagem, conforme assinala Orlandi (2005, p.15). Por isso, uma das finalidades da Análise do Discurso “não é interpretar mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos.” (ORLANDI, 2005, p.19)

Ainda segundo Orlandi, (2005), o discurso faz a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, tornando possível a permanência e a continuidade, bem como o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. A definição de discurso, segundo essa autora, “é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2005, p. 21), isto é, está baseada nas relações de linguagem: relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos. Entretanto, não se deve confundir discurso com fala

em oposição à língua (considerada esta como sistema de signos), onde tudo se mantém, mesmo tendo as mesmas características: ocorrência casual, individual, realização de sistema.

Também para Cardoso (1999), discurso é algo muito maior do que simplesmente supõe quando se faz a divisão língua/fala para constituir um sistema. Ela assim o define: “O discurso é, pois, um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas.” (CARDOSO, *op. cit.*, p. 21).

Foucault (*apud* BRANDÃO, 2004, p.32) traz à tona “regras de formação” que possibilitaram a formação dos elementos que compõem o discurso, que são os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, os temas, as disciplinas e as teorias, que se apresentam como sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias.

Por outro lado, numa perspectiva gramatical e normativa, Cunha e Cintra (2001, p.1) assim definem discurso: “Discurso é a língua no ato, na execução individual. E, como cada indivíduo tem em si um ideal lingüístico, procura ele extrair do sistema idiomático de que se serve as formas de enunciado que melhor lhe exprimem o gosto e o pensamento.” Nota-se que esses autores entendem discurso como sinônimo de fala – na perspectiva saussuriana – e “enunciado” como sinônimo de frase, o que se distingue da visão da Análise do Discurso. Eles também não consideram a prática discursiva e a formação ideológica do autor do texto, mas simplesmente formas e regras de expressar o pensamento: o autor de um texto escolheria e usaria formas da língua ou escreveria apenas para exprimir seu “gosto” e seu “pensamento”. A função da língua seria simplesmente essa.

Além disso, a definição dada por Cunha e Cintra segue a linha do pensamento estruturalista, considerando a língua menos ainda como um sistema de signos, como um “sistema idiomático”. Seguir tais autores na revisão de texto é, então, acompanhar uma linha de pensamento que desconsidera a língua em sua dinâmica de transformações, em sua dimensão histórica, social e política. Isso implica uma revisão parcial e ideologicamente afetada – do ponto de vista da dominação –, que não tem em conta o interlocutor, aquele para quem o que é dito é dito, do modo como é dito.

O discurso, para Foucault (2004, p.23), é uma prática discursiva, ou seja, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social econômica, geográfica ou lingüística, as condições do exercício da função enunciativa. Segundo Fairclough (2001, p. 91), “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.” Cabe aqui ressaltar que Fairclough tem mais voz importante na Análise de Discurso Crítica, de linha inglesa, diferente da Análise de Discurso de linha francesa de Orlandi.

Nesse sentido, estão bem fundamentados os argumentos expendidos por Marcuschi (2004/2005, p.13), quando segue os ensinamentos de Fairclough, principalmente em relação à prática social, ou seja, há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, que leva à conclusão de que o discurso contribui para a construção das identidades sociais, a construção das relações entre as pessoas e a construção de sistemas de conhecimentos e crenças, sendo capaz de se tornar um fator de controle social.

Finalmente, Brandão (2004) se apresenta seguindo os ensinamentos de Foucault (1969), em que a análise discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõe, “como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2004, p.33). Portanto, um dado discurso é concebido por meio de uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.

1.2.1 A formação discursiva

Segundo Orlandi (2005, p.43), a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito. Portanto, “o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro”. Seguindo esse raciocínio, temos que as palavras não têm sentido nelas mesmas, mas representam no discurso as formações ideológicas de que fazem parte. Os sentidos das palavras são, desse modo, construídos na interação autor-texto-leitor conforme as formações discursivas dos envolvidos na interação verbal. E conclui a autora (2005, p.44): “Palavras iguais podem significar diferentemente por se inscreverem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra ‘terra’ não

significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural.”

A noção de formação discursiva para Brandão (2004) envolve dois tipos de funcionamento, a saber:

- a) a paráfrase – espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade;
- b) o pré-construído – constitui a remissão a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é construído pelo enunciado. (BRANDÃO, 2004, p.48)

No caso em tela, a formação discursiva está intimamente ligada aos parlamentares, pois é a ideologia deles – de seus partidos, do Congresso, de suas religiões e até de suas famílias e vizinhos – que determina o “que deve e pode ser dito” no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dessa maneira, esses indivíduos se constituem como sujeitos de práticas sociais, e o sentido de seus enunciados se determina em relação à sua posição de sujeito, que, por sua vez, é determinada sócio-historicamente. Dessa forma, requer dos revisores de texto o devido respeito e cuidado na revisão.

A preservação das marcas lingüísticas do texto enquanto recorte discursivo é imprescindível para que os leitores – os cidadãos – possam reconstruir, a partir dessas marcas, os sentidos do que é dito pelos parlamentares. Essa é uma das maneiras que auxilia o eleitor a optar mais conscientemente pelos seus representantes. Cada um – parlamentar e cidadãos – deve ter o direito de interagir pelo discurso e de ser respeitado na sua origem e particularidades, ou seja, na sua identidade.

Esses conhecimentos e peculiaridades são essenciais para o revisor, assim como é fundamental e importante a definição de gênero (narrativo, discursivo, épico, dramático) para a aplicação do conceito de correção aos textos, haja vista que há critério de distinção do que pode ser considerado discursivamente adequado ou inadequado: as marcas da identidade presentes nos textos parlamentares, que possuem autores de formações discursivas e ideológicas diferentes, assim como o são seus interlocutores. Não se deseja, com isso, dizer que a norma culta seja inadequada a esses discursos, mas que determinados fatos lingüísticos³ presentes nos textos parlamentares são marcas de autoria – da formação discursiva do autor –, e devem ser preservados, sob pena de

³ Fato lingüístico é qualquer transgressão ou erro que se comete na norma culta, ou seja, o registro de linguagem definitivamente consagrado pelo uso, ainda que não tenha amparo gramatical.

aqueles que elegem os parlamentares não saberem mais quem são os seus representantes, não poderem reconhecê-los nos textos e a si mesmos, dado que seus representantes devem ter com eles uma relação discursiva e ideológica.

Percebemos que a análise da correção gramatical é, portanto, apenas uma das tarefas do revisor – e, diga-se de passagem, a mais simples –, pois a intervenção do revisor não se limita a esse desiderato, até porque o que se pode considerar “erro” ou “desvio” lingüístico depende de outras análises muito mais profundas, inclusive as concernentes à função identitária da linguagem, uma das três dimensões da linguagem, segundo Norman Fairclough (2001, p. 101), cuja concepção tridimensional baseia-se no Texto, na Prática Discursiva e na Prática Social. Conhecer o autor do texto e saber distinguir o seu estilo, sua identidade e o contexto em que o discurso foi produzido e são também pré-requisitos indispensáveis à excelência da revisão textual.

A função identitária – exposta no texto e recuperável, até certo ponto, pelas marcas lingüísticas do autor – é, entretanto, mais ampla. Por meio dela se pode apontar quais são os prováveis interlocutores do texto, aqueles a quem se destina o texto, que interagem com ele. Por meio das marcas lingüísticas da identidade é possível que o revisor possa definir quais são, por exemplo, as escolhas lexicais mais apropriadas ao texto, naquele processo de interação e até optar por não mudar as palavras escolhidas pelo parlamentar.

Todos nós temos pensamentos e julgamentos a respeito de determinado assunto ou tema, conforme o grau de entendimento e discernimento. Quando se visualiza uma imagem, uma fotografia, um desenho, imediatamente tem-se a noção de seu significado ou de sua representação, isto é, a sua idéia, que nada mais é do que a sua ideologia a respeito daquela figura.

O termo ideologia foi, pela primeira vez, registrado por Antoine Destruitt de Tracy, em 1797, período de grande influência de pensadores Iluministas. Adquiriu força política e fundamentação na obra “Elementos da Ideologia”, escrita entre 1801 e 1815, na qual de Tracy propôs uma nova ciência de idéias, “idéia-logia”, que seria a base de todas as outras ciências, pois estuda a formação de idéias e partir das observações das relações entre o corpo humano e o meio ambiente. (MCLELLAN, 1987, p. 20)

Segundo Macridis (1982, p.18), todos nós, sabendo ou não, seguimos uma ideologia, mesmo aqueles que abertamente alegam que não a adotam. Todos acreditam em alguma coisa e dão valor a elas, como, por exemplo, propriedade, amigos, lei, liberdade, poder, entre outras crenças. Todos vêem e sentem o mundo de uma ou de outra maneira e sobre ele tecem suas idéias e julgamentos.

Assim, independentemente do segmento social a que pertença o indivíduo, ele é influenciado por idéias e apelos ideológicos. A população brasileira teve um exemplo recente com o referendo⁴ da comercialização ou não de armas de fogo. Sem dúvida, o discurso mais convincente foi o vitorioso. Houve grande manipulação de dados e uma propaganda maculada de perda de direito do cidadão, caso o “sim” saísse vencedor. Como ninguém deseja perder direito – incluindo o fato de poder se proteger de bandidos –, esse argumento ideologicamente posto contribuiu para a vitória do “não”. No entanto, a ideologia que pedia o “sim” no referendo se torna vitoriosa quando da entrada em vigor, há pouco⁵, do Estatuto do Desarmamento⁵.

Isso mostra que as vias para conseguir implementar o que se determina ideologicamente nem sempre são as mais corretas. A população – que não costuma ler os projetos de lei e defender sua própria ideologia – parece não saber que o “direito” de portar armas foi, desse modo, retirado. Reconhecer que a linguagem e os sujeitos do discurso são intrinsecamente ideológicos e que as atitudes de todos são determinadas por ideologias contribui para uma maior conscientização e, portanto, maior possibilidade de intervenção política. Os revisores de texto devem entender isso e perceber que qualquer mudança que eles façam nos textos pode ser capaz de tirar do autor as marcas lingüísticas da ideologia do povo e dificultar a re(construção) desses sentidos pelo cidadão.

A grande maioria da população sofre influência e pode ser manipulada ou instigada, principalmente quando se trata de temas relacionados à honra, ao patriotismo, à família, à religião, ao esporte, à política, à economia, ao racismo ou à classe social, se

⁴ Referendo – No dia 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro respondeu, por meio de uma urna eletrônica, se o comércio de armas e munições deveria continuar existindo no País ou, ao contrário, se esse comércio deveria acabar.

⁵ A pergunta a que o eleitorado brasileiro deveria responder a respeito do referendo era: o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? Se a maioria do eleitorado decidisse pelo SIM, esse tipo de comercialização deveria acabar; se, ao contrário, a maior parte dos eleitores optasse pelo NÃO, a comercialização de armas e munições continuaria.

estes são postos textualmente, por exemplo, com uma linguagem pretensamente neutra⁶ e imparcial. Daí não se poder, em um texto de opinião – como são os textos parlamentares –, usar as formas lingüísticas chamadas de impessoais. Elas conferem ao texto o efeito de sentido de “verdadeiro”, já que se configuram como marcadoras de textos de referência. Isso não é adequado do ponto de vista discursivo, pois é preciso que as marcas da ideologia do autor se preservem no texto para que possam ser resgatadas pelo leitor, que, normalmente, desconhece o fato de que todo texto é intrinsecamente ideológico. Se não tiver os devidos cuidados no momento de revisão, o revisor de texto pode acabar contribuindo para que o cidadão seja política e ideologicamente manipulado.

O termo ideologia, conforme Thompson (1995), durante décadas, teve uma conotação materialista econômica, bem como uma concepção pejorativa, entretanto, jamais perdeu a sua função social, porque a ideologia está ligada diretamente ao comportamento dos indivíduos e à ação política.

Tudo isso se manifesta diariamente em todos os lugares e, no Congresso Nacional brasileiro, tem o taquígrafo e o revisor a responsabilidade de traduzir fielmente o pensamento político de cada Parlamentar, ou seja, as várias formações discursivas das quais eles falam. Isso significa dizer que os discursos são governados por formações ideológicas. Além disso, constitui o discurso um dos aspectos materiais de ideologia (BRANDÃO, 2004, p.27).

Nesse aspecto, temos que a linguagem como discurso não constitui um universo de signos com a finalidade exclusiva de ser um instrumento de comunicação, mas como algo que funciona também como interação e modo de produção social (BRANDÃO, 2004, p.11). A linguagem sempre, em qualquer situação – e, por conseguinte, tanto no Congresso Nacional quanto nas comunidades locais –, é um lugar de conflito, ou seja, é um espaço próprio para o confronto ideológico. Por essa razão, a linguagem não pode ser estudada – ou revisada – fora da sociedade, e sem ter em conta os fatores ideológicos, porque os processos que a constituem são políticos, históricos e sociais.

⁶ Considera-se neutra a linguagem utilizada nos veículos de comunicação de massa: rádio, televisão, jornal, revista, dentre outros.

Sendo o discurso um dos aspectos materiais das ideologias (BRANDÃO, 2004, p.47), tem-se em conta, neste trabalho, que o sujeito ideológico é levado a ocupar seu lugar, consciente ou não, em um dos grupos ou classes de determinada formação social e adquire posição política ideológica, caracterizando entre si relações de aliança, de antagonismo ou de manutenção do *status quo*.

A formação ideológica tem necessariamente como um dos seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas. Desta maneira, o sujeito ideológico se faz presente no discurso como instrumento do pensamento e reflexo da realidade em que vive (ORLANDI, 2005, p.51).

Infelizmente quando se refere aos representantes do povo e das Unidades da Federação, escolhidos pela sociedade, a concepção althusseriana⁷ de ideologia como forma de cimento social (cf. ALTHUSSER, 1971) parece ser ainda a que mais se aplica, visto que eles propagam discursos sem pensar conscientemente em ideologia de mudança, de transformação social, o que vale é que tenha continuação e se preserve a dominação e a hegemonia do poder e de uma elite. Tudo isso torna mais laboriosa a tarefa do revisor e é, por isso mesmo, que ele deve ter mais cuidado e mais consciência na revisão. A ideologia que se manifesta nos textos parlamentares é resgatável pelas marcas lingüísticas presentes nesses textos que devem ser preservadas. Uma revisão que não tenha em conta esses fatores, via de consequência, dá margem à dominação.

1.3 Definição de Taquigrafia e sua origem

O primeiro sistema organizado de taquigrafia, segundo Waldir Cury (2007), está relacionado diretamente às Notas Tironianas⁸. Entretanto, os primeiros escritos de que se tem notícia a respeito de taquigrafia basearam-se nas afirmações de Diógenes Laércio e de Plutarco (399 a.C). Com dúvidas quanto à sua procedência, segundo Plutarco, a origem da taquigrafia se deu em Roma e, em seguida, foi levada para Grécia. (CURY, 2007, p.3)

⁷ Louis Althusser (Birmandreis, 19 de outubro de 1918 - Paris, 22 de outubro de 1990), foi um filósofo francês de origem argelina. A ideologia para Althusser é a relação imaginária, transformada em práticas, reproduzindo as relações de produção vigentes. (Althusser, L.P. Aparelho Ideológicos de Estado. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 9)

⁸ Notas tironianas foi o primeiro sistema de taquigrafia, usado do Século I ao Século XI, durante doze séculos, mais de mil anos, em que eruditos as confundiam com criptografia. (Taquibrás, 2007)

Todavia, ressalte-se que não se tratava de um autêntico sistema de taquigrafia, mas anotações abreviadas, período que podemos chamar de pré-taquigráfico. Nesta fase, destacam-se as abreviaturas da escrita ordinária, por volta do III século a.C (Notas de Quinto Ênio), que representavam uma simples coleção de mil e cem abreviações da escrita ordinária. Assim, podemos deduzir que Ênio foi o primeiro inventor das abreviações e sem dúvida contribuiu muito para o desenvolvimento da taquigrafia romana.

A primeira notícia da existência do uso da taquigrafia na Grécia ocorreu por meio da “Carta de Dionísio” (27 d.C), na qual expressava “não haver recebido nenhuma carta dela, nem em caracteres comuns, nem na escrita estenográfica”. Apenas era uma referência a um sistema diferente da escrita normal, mas que ainda não garantia ser taquigrafia, ou seja, poderia ser simplesmente uma forma de escrita abreviada (CURY, 2007, p.3).

Outro importante registro data do Século II d.C, graças a um papiro escrito em grego e descoberto no ano 1905, no Egito, onde se lê:

Panechotes, chamado também de Panares, antigo magistrado de Oxyrhinchus, por meio do seu amigo Gemello a Apolônio, semiógrafo, saudações. Eu coloquei junto a ti Charraimmone, escravo, para aprender os signos que o teu filho Dionísio conhece, pelo período de dois anos, datando do presente mês de Phamenoth, do XVIII ano do nosso senhor Antonino César, pelo honorário estipulado entre nós, de 120 dracmas, excluídos os dias de festa, de cujo montante tu já recebeste uma primeira parcela de 40 dracmas, e receberás a segunda parcela de 40 dracmas quando o jovem tiver apreendido todo o sistema; a terceira parcela, das últimas 40 dracmas, recebe-la-ás ao final do contrato do aprendizado, quando ele já for completamente capaz de escrever e de ler corretamente, sem erros, qualquer escrito em prosa. O XVIII ano do Imperador Tito Elio Adriano Antonino Augusto Pio, Phamenot, a saber, 15 de novembro de 155.” (*apud* CURY, trecho extraído da tradução de Enrito Majetti, na sua obra “Disegno Storico della Stenografia, pág.13)

Observa-se claramente que não se trata de uma escrita comum, pois o indivíduo terá de ser capaz, no final do curso, de escrever e de ler corretamente, sem cometer erros ou qualquer tipo de trocas.

Um fato importante e de destaque para o surgimento da taquigrafia foi a criação do primeiro departamento taquigráfico parlamentar, com o serviço taquigráfico para tomada do discurso de Catão (63 d.C.), organizado por Cícero, com a presença de cerca de quarenta velocíssimos escreventes, entre eles o próprio Tiro. Veja, ainda, a manifestação de Giuseppe Aliprandi sobre as Notas Tironianas, no art. II primo

Gabinetto stenografico parlamentar (*apud* CURY, Rivista Sapere, Milão, 30 de novembro de 1937-XVI):

E se explica perfeitamente o interesse de Cícero. Catilina havia sido seu adversário feroz, de forma que Cícero tinha interesse em extrair, daquela sessão, não um pálido resumo, mas uma documentação precisa, que só a taquigrafia é capaz de conseguir. Daí a mobilização de “rápidos escreventes”, hábeis taquígrafos, peritos nas tais Notas Tironianas.

E muitos outros discursos foram feitos, entre eles, destacam-se: discurso de Cícero “Pro Milone” (52 a.C.); as Filípicas de Cícero, em 44-43 (a.C.); e o discurso de Marco Antônio diante do cadáver de Júlio César, em 15 de março de 44 (a.C.) O desenvolvimento das notas tironianas foi tão grande que depois do discurso de Catão o registro dos discursos pronunciados no Foro e no Senado passou a ser realizado de modo contínuo e normal.

Nota-se que desde a sua origem, principalmente, pelo lendário Marco Túlio Tiro, filho de uma escrava romana, que se tornou um grande estudioso e conhecedor da língua, secretário de escrita veloz, conselheiro e digno de confiança de Cícero, já fazia, às vezes, a função de revisor, como demonstrado nas próprias palavras de Cícero: “Mas sabes do que eu me maravilho? Que tu, que costumeiramente corrige os meus escritos, tenhas deixado escapar da tua pena semelhante modo de dizer...” (CURY, 2007, p.17)

Portanto, percebe-se que desde os primórdios da taquigrafia, como demonstrado nas Cartas de Cícero, Tiro certamente exercia a função não só de secretário, mas de verdadeiro revisor dos discursos proferidos por Cícero, tanto que se tornou elemento indispensável na sua vida.

Segundo Cury, o uso das notas tironianas, por intermédio de escreventes velocistas, os taquígrafos, era um sistema eficiente que levava muita vantagem em relação ao sistema de escrita normal da época, trabalho realizado em tábuas, que, dispostas uma a uma, formavam livro, denominado de caudez ou códex. Antes, porém, os textos eram revistos pelos oradores, copiados em pergaminhos ou em papiros e publicados. (CURY, 2007, p.20)

Assim, a taquigrafia tem como principal fundamento escrever todos os pensamentos e idéias que homem porventura possa naturalmente expor e sem que possa perder, dada a rapidez com que os escreve, o que não acontece com a escrita comum. Nesse sentido, o uso da taquigrafia tem inúmeros resultados positivos, tanto na

vida acadêmica quanto para os mais variados fins, como seminários, palestras, obras literárias, parlamentos e audiências no judiciário.

Portanto, tem-se que a taquigrafia é a arte da escrita rápida, mas precisamente trata-se de uma escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala.

1.3.1 Métodos e aprendizagem

Há vários métodos de taquigrafia para a sua aprendizagem, mas em qualquer um a metodologia usada depende essencialmente da fonética do idioma. Tanto nos tribunais quanto nas assembleias legislativas, há vários métodos utilizados. Para efeitos apenas demonstrativos, faremos referência a apenas dois: o Leite Alves e o Marti. O primeiro foi desenvolvido pelo Prof. Oscar Leite Alves, baseado na circunferência, sendo o método mais difundido e o mais praticado entre os taquígrafos, pelo simples fato de ser fácil aprendizagem. Todavia, tem algumas desvantagens, principalmente em relação à tradução dos taquigramas, o que leva o aluno, e até mesmo o profissional, a trocar certas palavras, mas nada que comprometa a sua eficiência e a sua aplicabilidade.

Já o método Marti, inventado pelo espanhol Francisco de Paula Marti, baseado também em figuras geométricas, tem um aprendizado mais demorado, porém permite uma fiel decifração dos sinais e alta velocidade gráfica.

Resumidamente, podemos dizer que os métodos taquigráficos registram sons de sílabas ou de palavra. Alguns correspondem a fonemas, por meio de signos especiais, que denominamos taquigramas. A combinação desses signos anotados automaticamente pelos taquígrafos, ao serem pronunciados sons, forma palavra, que constitui a escrita taquigráfica.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a taquigrafia é um meio de escrita rápida e manual, utiliza-se apenas bloco de papel, caneta ou lápis. Todavia, com a tecnologia que avança em passos largos, a taquigrafia também evoluiu no tempo e no espaço. Assim, os taquígrafos utilizam-se dos mais modernos equipamentos de informática tanto para auxiliar na transcrição dos taquigramas quanto para obter resultados, utilizando o computador como importantíssimo instrumento de apoio.

Em relação aos modernos equipamentos de gravação, estes ainda não são capazes de captar sons com a nitidez ideal, obtida somente com o ouvido humano. Também não são capazes de separar confrontos paralelos, várias vozes ao mesmo tempo, comuns nos debates fervorosos ocorridos nos plenários e nas diversas tribunas País afora. Tais recursos, usados somente para transcrição de discursos, provocam aumento significativo de esforço para o taquígrafo, uma vez que o som costuma estar acompanhado de uma audição inaudível, via de consequência, com grandes prejuízos para a autenticidade do texto.

Portanto, ainda que muitos pensem que a taquígrafia é um método ultrapassado e que deveria ser substituído por outras técnicas, como gravações via áudio e DVD, ainda não se encontrou um meio eficiente que pudesse substituir a transposição do texto falado para o texto escrito. Um bom profissional de taquígrafia não se forma de uma hora para outra, pois há a necessidade de muita dedicação, competência e a experiência de cada indivíduo.

CAPITULO II

O TEXTO E A SUA REVISÃO

Desde o surgimento da Lingüística Textual, a partir da segunda metade da década de 60 do século passado, o conceito de texto tem sido discutido calorosamente, com definições doutrinárias as mais diversas. O enfoque priorístico se deu sobre duas propriedades do texto: a coesão e a coerência. Segundo Halliday & Hasan (1976), a coesão “ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.” (KOCH, 1993, p.16). Já a partir da década de 80, com ampliação do conceito de coerência (KOCH, 1989, p.XIII), “passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas (...) um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional”.

Na fase seguinte, o texto passou a ser lugar de interação entre atores sociais, um espaço de construção de sentidos. Esta foi a tônica da década de 1990, quando dominou a concepção de texto de base sociocognitiva-interacional, fruto do trabalho de Dijk e Kintsch (1983). Temas como referenciação, inferenciação e acesso ao conhecimento prévio passaram a influenciar a visão sociocognitiva do texto. Surge, então, na análise da construção de sentidos do texto, a grande influência dos estudos de Bakhtin (1997) acerca do gênero textual. As ponderações do lingüista russo tornaram-se paradigma dos trabalhos de pesquisa lingüística a partir da década de 90, conduzindo, inclusive, os estudos da relação oralidade/escrita, que adquiriram grande projeção nos estudos lingüísticos.

Segundo Koch e Travaglia, texto é uma

(...) unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou pela audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão. (KOCH; TRAVAGLIA, 1989, p. 10)

Considerando essa concepção de texto, dada por Koch, adotada como pilar deste trabalho, tratar-se-á, nos próximos parágrafos, dos sete princípios de construção textual

dos efeitos de sentido, os chamados requisitos de textualidade, classificados por Beaugrande & Dressler (1981).

Antes, porém, é importante ressaltar que o discurso se caracteriza tanto pelos textos quanto pelos sujeitos, os quais, segundo Foucault (*apud* ORLANDI, 2004, p.53), podem ocupar várias posições no texto, ou seja, o sujeito do discurso é heterogêneo, e essa característica é também marcada pela descontinuidade do sujeito e do texto como espaço de dissensões múltiplas.

No estudo da Linguística Textual, segundo Beaugrande & Dressler, dois princípios estão centrados no texto – coesão e coerência – e cinco centrados no usuário – situacionalidade, informalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (KOCH, 1993, p.08).

Entretanto, na visão de Koch (2004, p.170), os princípios de textualização “deixam de ser vistos como critérios ou padrões que um texto deve satisfazer, mas como um conjunto de condições que orienta cognitivamente a produção de um evento interacionalmente comunicativo”. Isso significa dizer que esses critérios não permitem identificar as fronteiras entre textos e não-textos, mas condições que conduzem sociocognitivamente à produção de eventos interativamente comunicativos.

Partindo da afirmação de Orlandi (2005, p.53) de que discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito e que este ocupa várias posições no texto, tem-se que no texto tramitam discursos e ideologias vários. Nos discursos dos parlamentares é bem visível a relação do sujeito com o seu dizer e os seus interlocutores, como as marcas regionais de cada parlamentar que se deixam entrever textualmente.

Todavia, as palavras da fala de um parlamentar podem ter mudanças de sentido se empregadas em posições diferentes. Desse modo, fica bem nítido o motivo de o revisor não poder interferir tanto no texto do parlamentar, uma vez que mudanças nas construções discursivas podem alterar seus efeitos de caráter ideológico.

Desta forma, a revisão de texto exige certos cuidados, pois é o momento de reconsiderar uma série de decisões tomadas no início de sua produção. Segundo Garcez (2001, p. 125) deve-se fazer uma reflexão: “As opções adotadas estão funcionando no texto como um todo? As decisões se mantêm ou há incoerências e descontinuidades?”

Consegue-se essa reflexão ao reler várias vezes o texto, de maneira mais distanciada, colocando-se no lugar do leitor, como se este não fosse o redator ou autor do texto. No caso do taquígrafo é uma tarefa das mais difíceis, tendo em vista que o texto a ser transportado não é seu, mas de um representante do povo, que, por isso mesmo, é essencial a manutenção da fidelidade e as marcas do autor.

Independentemente da autoria do texto, ao apresentar uma revisão é necessário obedecer a alguns requisitos ou fazer uma análise para sua realização, segundo Garcez (2001, p.125/126), quanto:

ao leitor: inseri-lo no texto ou tratá-lo de forma neutra e distanciada. A opção escolhida foi mantida durante todo o texto? O leitor que você tem em mente é atendido durante todo o texto?

ao gênero de texto: que plano de escrita utilizar para a situação. O formato é adequado à situação? As exigências referentes ao gênero foram respeitadas ou há ambigüidades e inconsistências?

às informações: o que informar e o que considerar pressuposto. As informações fornecidas são suficientes ou o texto ficou muito denso, exigindo muito do leitor? A introdução de informações novas é bem realizada? Há informações irrelevantes que podem ser dispensadas? Há excesso de informação? Há informações incompletas ou confusas? As informações factuais estão corretas?

à linguagem: formal ou informal? a linguagem está adequada à situação? A opção escolhida tornou o texto harmonioso ou há oscilações súbitas e inadequadas?

à impessoalidade ou subjetividade: o posicionamento adotado como predominante mantém-se ou essa opção não ficou consistente no texto?

ao vocabulário: as escolhas estão adequadas ou há repetições enfadonhas e pobreza vocabular? Algum termo pode ser substituído por expressão mais exata? Há clichês, frases feitas, excesso de adjetivos, expressões coloquiais inadequadas, jargão profissional?

às estruturas sintáticas e gramaticais: o texto está correto quanto às exigências da língua padrão? As transições entre as idéias estão corretas e claras? Os conectivos são adequados às relações entre as idéias? A divisão de parágrafos corresponde às unidades de idéias?

ao objetivo e à situação: está de acordo com o objetivo estabelecido inicialmente? As idéias principais estão evidentes?

Portanto, a revisão não é simplesmente fazer uma correção gramatical, mas principalmente organizar as idéias de forma coerente, clara e articulada. Muitas vezes, há a necessidade de cortar e simplificar frases longas demais ou truncadas, suprimir palavras, pronomes, adjetivos ou advérbios que pouco ou nada acrescentam ao texto.

Há casos em que não há erro algum, mas é necessário modificar a estrutura da frase ou acrescentar elementos para que as idéias possam ganhar maior nitidez e compreensão. Além do mais, a linguagem escrita se apresenta, conforme Câmara Jr, (1998, p.54), mutilada em comparação com a linguagem oral, tendo em vista que os

elementos ficam onerados com encargos de clareza, expressão e atração que na fala se distribuem de outra maneira.

2.1 Atuação do revisor para o alcance da coesão do texto

Koch (1989, p.17), seguindo o que postulam Halliday & Hasan, conceitua coesão textual, já citada no início deste capítulo, em que a interpretação de algum elemento no discurso está na dependência de outro. Essa autora considera a coesão parte de uma língua, havendo necessariamente uma relação semântica entre um elemento do texto e outro elemento crucial para sua interpretação.

Halliday & Hasan (*apud* Koch, 1989, p.19) citam como principais fatores de coesão cinco mecanismos:

- 1º) referência - pode ser pessoal (feita por meio de pronomes pessoais e possessivos), demonstrativa (realizada por meio de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar) e comparativa (efetuada por via indireta, por meio de identidade e similaridades);
- 2º) substituição - consiste na substituição de um item em lugar de outro elemento no texto (nominal, verbal ou frasal);
- 3º) elipse - consiste na omissão de item lexical (nominal, verbal ou frasal);
- 4º) conjunção - estabelece relações significativas específicas (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa);
- 5º) coesão lexical - é obtida por meio de dois mecanismos: a reiteração (sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos) e a colocação (uso de nomes termos pertencentes a um mesmo campo significativo).

Nesse sentido, o revisor de texto desempenha papel importante em relação aos mecanismos de coesão. Ele, ao transferir a fala do parlamentar para a escrita, tem de ter a sensibilidade de acrescentar os recursos coesivos necessários, para dar continuidade e sentido ao texto, mas com o devido cuidado para não modificar a marca pessoal do texto. Porém, há um problema, de certo modo, complexo de resolver. Pode ocorrer, por exemplo, de a fala do parlamentar ser totalmente destituída de recursos coesivos ou recheada de conectivos inadequados à escrita, que servem apenas para

chamar a atenção do ouvinte na fala, como por exemplo: tá ... tá, né ... né, aí... aí. Nesse caso, o revisor deve escolher com cuidado os operadores argumentativos a serem usados, e não, de forma automática, aqueles que mais aprecie ou que tem mais hábito de usar.

Outro fator que deve ser evitado pelo revisor é a troca de um operador argumentativo, mesmo que seja por outro semelhante, porque isso pode gerar mudança de sentido. Para ilustrar, citamos, a seguir, um exemplo tirado de um texto parlamentar:

Agora o Presidente veta o aumento de 15% para os servidores desta Casa. Não sei dos servidores outros, mas os da Casa são excelentes. (Sessão Câmara dos Deputados nº 91.3.52.O, 12.05.2005).

Caso haja a troca da conjunção “mas” pelo operador “apenas”, uma conjunção de valor argumentativo, por um operador que orienta para a negação da totalidade, isso pode levar à conclusão de que somente os servidores da Casa são excelentes. Vejamos como ficaria o exemplo com a modificação:

Agora o Presidente veta o aumento de 15% para os servidores desta Casa. Não sei dos servidores outros, apenas os da Casa são excelentes.

Nota-se, assim, que a coesão de um texto necessita da presença de conectivos ou elementos de conexão, e seu uso deve ser cuidadoso, já que os operadores argumentativos, de modo geral, servem para emitir juízos de valor (cf. GARCEZ, 2001). Esses termos fazem o encadeamento semântico entre as sentenças, bem como ligam sintaticamente as sentenças umas às outras, mas são também marcas linguísticas da ideologia. Um exemplo é a articulação sintática de oposição, denominação dada por Abreu (1996, p.22), que se faz por meio de dois tipos de processos: a coordenação adversativa e a subordinação concessiva.

Os principais articuladores da coordenação adversativa são: mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto (cf. ABREU, 1996). Vejamos um exemplo:

A Câmara dos Deputados inocentou dez Deputados acusados de receber o mensalão, *mas* não conseguiu condenar todos os envolvidos. (Sessão Câmara dos Deputados nº 071.4.52.O, 09.05.2006).

Por sua vez, os principais articuladores da subordinação são: articulação sintática de causa (porque, pois, como, por isso que, já que, vista de, devido a.) de condição (partícula “se”), de fim (a fim de, com o propósito de, para.) e de conclusão (logo, portanto, então, assim, por isso.)

Tanto o taquígrafo quanto o revisor são os principais responsáveis pela escolha do conectivo a ser utilizado no texto do parlamentar, a fim de corresponder exatamente àquilo que deseja dizer o Deputado, já que os elementos de coesão servem para dar clareza, unidade, continuidade e consistência ao texto. Esses profissionais, no entanto, não podem mudar – em nome dessa clareza, unidade, continuidade e consistência – o que foi efetivamente enunciado: todo texto tem um autor – ou mais de um – e é a esse autor, à sua visão de mundo, à sua ideologia, que devem remeter as marcas lingüísticas do texto, e não ao revisor, à visão de mundo do revisor e à ideologia do revisor ou do taquígrafo.

Essa é uma tarefa bastante difícil para o taquígrafo e o revisor, porque muitas vezes o parlamentar, no momento em que enuncia, não tem consciência total de que esses elementos de coesão possuem cada um deles um valor semântico, ou constroem uma relação semântica determinada, como causa, finalidade, conclusão e contradição (FIORIN, 2003, p.279). O uso inadequado desses elementos de coesão, sem critério, acarreta sérios prejuízos de entendimento e clareza do texto. Por outro lado, se modificados indistintamente pelo revisor, provocam prejuízos de ordem discursiva, como ideológicos, já citados.

2.2 A atuação do revisor para o alcance da coerência do texto

Em crítica a Beaugrande e Dressler (*apud.* KOCH, 2004), Koch (*ibid.*, p.43) não considera a coerência apenas um dos critérios de textualidade entre os demais, e muito menos centrado no texto. Para a autora, ela “constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural, etc.”.

A coerência resultaria, portanto, da construção de sentidos pelos sujeitos a partir do texto (e não somente no texto), para a qual estariam contribuindo, além dos outros critérios já apresentados, os seguintes elementos: fatores de contextualização (MARCUSCHI, 1983), consistência e relevância (GIORA, 1985), focalização (KOCH e TRAVAGLIA, 1990) e conhecimento compartilhado.

A intenção, quando se enuncia, é que o texto seja compreendido por qualquer leitor. Para isso é necessário ser claro e preciso, o quanto possível. No entanto,

visto que a linguagem é intrinsecamente ideológica, opaca, subjetiva, não é neutra ou imparcial, essa é uma tarefa difícil. A definição dada por Fiorin (2004) para texto coerente é a seguinte:

Um texto coerente é um conjunto harmônico, em que todas as partes se encaixam de maneira complementar de modo que não haja nada destoante, nada ilógico, nada contraditório, nada desconexo. No texto coerente, não há nenhuma parte que não se solidarize com as demais. (FIORIN, 2004, p.261)

Desta maneira, temos que uma seqüência de textos ou de frases, para ser coerente, deve ter consistência e interligação semântica entre os conceitos e idéias expostas. Cada parte deve estar vinculada a outra parte semântica e discursivamente, de modo a convergirem todas para uma mesma conclusão. É por meio disso que o leitor compreenderá o texto: ligando idéias, fatos, lugares e conhecimentos preexistentes.

A coerência também depende do momento e da situação do texto. Por isso mesmo que um determinado texto, para ser coerente para alguns ouvintes, pode não ser para outros. Nos textos produzidos no âmbito do Congresso Nacional, essa é uma característica marcante, haja vista às grandes diferenças de culturas e experiências anteriores, tanto dos parlamentares quanto dos assessores que produzem os pronunciamentos (discursos) deles.

Há casos também em que, numa determinada situação, para um mesmo ouvinte, o texto inicialmente não é entendido como coerente, mas se torna coerente depois, com acréscimos de novas informações e dados feitos pelo revisor. No caso da taquigrafia, por exemplo, que registra pequenos trechos, muitas vezes parece não fazer sentido o que o parlamentar está dizendo. Quem tem a visão geral do texto é o revisor, cabendo a ele dar-lhe a desejada coerência, se isso não tiver sido feito pelo parlamentar. É ele que deve buscar compreender o dito, considerando suas características discursivas – que são ideológicas e situacionais –, para, só depois, fazer a revisão de modo adequado em relação às pretensões do autor. Também pode ocorrer a falta de coerência, nesse gênero textual, quando o parlamentar é muito prolixo e não conclui as idéias lançadas inicialmente. Essa é outra situação em que deve atuar com cautela o revisor. Se o orador é prolixo, até que ponto o revisor deve interferir? Ele, simplesmente, deve reduzir o texto do parlamentar em nome da pretensa objetividade ou deve deixar que o representante escolhido pelo povo mostre sua atuação? Essas são perguntas que um revisor deve se fazer em tais circunstâncias.

Para Abreu (1996, p.32) existem várias fontes da coerência de um texto, dentre elas a adequação do texto à sua macroestrutura, que pode ser de texto argumentativo ou texto narrativo. No caso da macroestrutura do texto argumentativo as partes mais importantes são: tema e problema. Segundo o autor (1996, p.32), um texto será sempre coerente desde que haja inicialmente a implicação de um tema e um problema.

As outras partes da macroestrutura do texto argumentativo compreendem a hipótese, a tese e a argumentação. Na verdade, essas são as possíveis respostas para a solução de dado problema, que, bem fundamentadas, propiciam ao texto um grau de coerência bastante grande.

Isso se dá no texto argumentativo, enquanto a macroestrutura do texto narrativo parece bastante simples e dificilmente não é coesa, porque se trata de um relato em ordem cronológica, pois o que se aprende se habitua a fazer desde criança. Alguns exemplos desse tipo de texto no mundo adulto são: redação de ata, de um relatório ou uma experiência científica. Mesmo pessoas pouco escolarizadas, de um modo ou de outro, acabam conseguindo fazer coerentemente um relato de algo ou uma ata de reunião.

2.3 O texto parlamentar e o papel do revisor

Os textos proferidos pelos parlamentares, independentemente de terem uma linguagem rebuscada, em termos de vocabulário, contêm diversos jargões técnicos, político-parlamentares, geralmente utilizados de modo dinâmico, com explícita intencionalidade, principalmente na tumultuada fase de votação de projetos.

O Manual de Redação da Câmara dos Deputados faz referência à linguagem no pronunciamento parlamentar, e considera que devem ser mantidas as características próprias de cada orador ou redator, mas com observância das regras de estilo da redação oficial, excetuadas a impessoalidade e a padronização, visto que se trata de um texto de autoria individual. Desse modo, esse Manual (2004, p.39) entende que “são de evitar os preciosismos, os rebuscamentos, os arcaísmos sintáticos ou lexicais, para que a mensagem não se perca no trajeto emissor-receptor”.

Um texto parlamentar geralmente é proferido na tribuna e, por consequência, possui características de oralidade. Esta, no entanto, de acordo com o citado Manual:

(...) não se confunde com a informalidade que vige no registro distenso da língua, registro este que dá muita, se não total, liberdade ao falante de usar a língua como instrumento elementar de comunicação, sem a necessidade do comprometimento com a formalidade gramatical.” (Manual de Redação, 2004, p.39)

A seguir, temos um claro exemplo de prática discursiva, uma breve intervenção do Deputado Federal Fernando Ferro, do Partido dos Trabalhadores, proferida no dia 5 de julho de 2005, na Sessão da Câmara dos Deputados nº 165.3.52.O, às 12h28min, na fase denominada Ordem do Dia, período em que são realizadas as discussões e votações na Casa. Vejamos:

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos contrários ao requerimento [que solicita a retirada de pauta da matéria], primeiro, pelo fato de a medida provisória destinar 30 milhões de reais para atender à população da Região Sul, penalizada pela estiagem. O mérito da matéria exige votação imediata. Além disso, não concordamos com o processo de obstrução desencadeado pela Oposição. Queremos votar a matéria, a fim de liberar a pauta e estabelecer os instrumentos de investigação de que esta Casa precisa para fazer uma limpeza política, como é de seu desejo. Queremos aprovar o requerimento de instalação da CPI que analisará a compra de votos. É bom que a sociedade brasileira saiba que queremos destinar recursos à população atingida pela estiagem no Rio Grande do Sul, a qual está sendo penalizada pelo processo de obstrução patrocinado pela Oposição. Portanto, somos contra o requerimento de retirada de pauta da matéria em análise. Nosso voto é “não”, Sr. Presidente. (Sessão da Câmara dos Deputados nº 165.3.52.O)

Nota-se claramente que o texto é extremamente técnico, com uma linguagem *interna corporis*, regimental, típica da Casa de Leis. Para que seja inteligível a pessoas que não têm familiaridade com os termos especificamente utilizados na elaboração de leis, é necessário traduzir o trecho, de forma que todos possam compreender o mérito da intervenção. Trata-se do pronunciamento de um parlamentar da Situação: o Deputado Fernando de Ferro pertence ao mesmo partido do Presidente da República do Brasil, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Justamente por isso, intentava aquele parlamentar fosse votada e aprovada uma medida provisória enviada pelo Chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Para evitar que a medida provisória fosse votada, a Oposição apresentou um requerimento solicitando a retirada da matéria de pauta, como forma de obstruir a votação pretendida pela Situação. O Deputado Fernando Ferro, então, propugnou que o

requerimento que obstaculizaria a votação da medida provisória fosse rejeitado, alardeando, para tanto, duas razões que considerava relevantes: a urgência da medida provisória, já que esta propunha a destinação de verba para amenizar efeitos da estiagem na Região Sul, e a necessidade de desobstrução da pauta, para que se pudesse votar outra matéria também importante: a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI .

O texto parlamentar tem, inicialmente, sua construção nos gabinetes (escrita) ou na tribuna da Câmara dos Deputados (oral). Depois disso, o taquígrafo e o revisor são os responsáveis pela reprodução dos pronunciamentos, que deve considerar a formação discursiva do parlamentar e não a sua (do taquígrafo ou do revisor). Caso contrário, como resultado final, os discursos teriam todos a mesma característica ou estilo, pelo menos do ponto de vista ideológico, independentemente do parlamentar que os pronunciou, de seu partido político, do qual ele é representante para o qual ele fala.

Segundo Geraldi (1997), o autor do texto compromete-se discursivamente com o que diz:

[...] é precisamente o fato de o sujeito comprometer-se com sua palavra e de sua articulação individual com a formação discursiva de que faz parte, mesmo quando dela não está consciente. (GERALDI, 1997, p.136).

O parlamentar compromete-se com seu texto, e tanto o taquígrafo quanto o revisor podem interferir nisso, ao modificar esse texto. O parlamentar pode até não ter consciência de seu vínculo necessário com sua formação discursiva, mas o taquígrafo e o revisor devem se conscientizar disso, sob pena de, modificando o texto, tornar-se seus (co)autores e que o texto – do parlamentar – torne-se representativo de suas próprias formações discursivas. É ao parlamentar que o texto deve se remeter. As marcas lingüísticas devem revelar a autoria do texto de modo a resgatar aquele que se diz no texto, que deve continuar sendo o Deputado ou o Senador, e não o taquígrafo ou o revisor.

Cada Deputado traz consigo marcas próprias, principalmente em relação à estrutura lexical. Por essa razão a função do taquígrafo ou do revisor não é apenas acrescentar e substituir palavras ou frases, unir as sentenças por meio de conetivos, mudar de lugar ou reagrupar os elementos e corrigir erros gramaticais, mas, sempre que possível, manter a fidelidade semântica e discursiva do autor, para não prejudicar a continuidade, a clareza e a ordem do discurso. Além do que a substituição ou

eliminação de palavras ou expressões podem, de forma significativa, modificar o sentido do texto e, como consequência, alterar o foco discursivo.

CAPÍTULO III

O REGISTRO TAQUIGRÁFICO NO PARLAMENTO

A importância do registro taquigráfico está diretamente relacionado à preservação e à memória da história política do País ou de qualquer evento que necessita do registro de debates ou discursos proferidos nas assembleias ou nos tribunais, geralmente referentes a assuntos complexos e polêmicos. Nesse sentido, temos como exemplos importantes discursos dos grandes pensadores de outrora, como vimos no Capítulo I, em que Cícero já utilizava deste recurso, por intermédio de seu secretário particular, Tiro.

As notas taquigráficas registram com absoluta fidelidade todos os discursos e debates que ocorrem tanto no Poder Judiciário quanto nas Casas Legislativas. No caso do Judiciário, trata-se de um método idôneo e pode ser utilizado em qualquer uma de suas instâncias, ou seja, tanto nas varas, nas audiências, quanto nas sessões das turmas, câmaras ou conselho, resultando em documentos e passando a fazer parte do processo, atos probatórios, tendo em vista que registra com perfeição e rapidez as palavras ouvidas, realizando-se a sua transcrição imediatamente. Assim, está fundamentada no Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973:

Art. 170. É lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia, ou de outro método idôneo, em qualquer juízo ou tribunal.

Nesse sentido, os atos probatórios produzidos nas audiências, mediante a transcrição dos debates pela taquigrafia, são documentos que farão parte do processo, conforme demonstrado nos art. 279 e 417, do referido Código, a saber:

Art. 279. Os atos probatórios realizados em audiência poderão ser documentados mediante taquigrafia, estenotipia ou outro método hábil de documentação, fazendo-se a respectiva transcrição se a determinar o juiz.
Parágrafo único. Nas comarcas ou varas em que não for possível a taquigrafia, a estenotipia ou outro método de documentação, os depoimentos serão reduzidos a termo, do qual constará apenas o essencial.

.....
Art. 417. O depoimento, datilografado ou registrado por taquigrafia, estenotipia ou outro método idôneo de documentação, será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores, facultando-se às partes a sua gravação.

§ 1º O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da sentença ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de ofício ou a requerimento da parte.

§ 2º Tratando-se de processo eletrônico, observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 169 desta Lei.

Os atos probatórios e todos os depoimentos transcritos pela taquigrafia garantem a idoneidade e a fidelidade de tudo o que foi dito, pois o taquígrafo é testemunha presencial dos pronunciamentos registrados, o que torna o seu reconhecimento, para efeito legal, como documento com fé pública e jurisprudência nesse sentido.

No Congresso Nacional, todos os debates realizados em Plenário e os discursos proferidos são registrados integralmente, publicados em ata impressa, salvo restrições regimentais. O órgão responsável pelo registro é o Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação — DETAQ, conforme estabelece o art. 98 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD:

Art. 98. O Diário da Câmara dos Deputados publicará a ata da sessão do dia anterior, com toda a seqüência dos trabalhos.

§ 1º Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados por extenso na ata impressa, salvo expressas restrições regimentais. Não são permitidas as reproduções de discursos no Diário da Câmara dos Deputados com o fundamento de corrigir erros e omissões; as correções constarão da seção "Errata".

§ 2º Ao Deputado é lícito retirar na Taquigrafia, para revisão, o seu discurso, não permitindo a publicação na ata respectiva. Caso o orador não devolva o discurso dentro de cinco sessões, a Taquigrafia dará à publicação o texto sem revisão do orador.

§ 3º As informações e documentos ou discursos de representantes de outro Poder que não tenham sido integralmente lidos pelo Deputado serão somente indicados na ata, com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se a publicação integral ou transcrição em discurso for autorizada pela Mesa, a requerimento do orador; em caso de indeferimento, poderá este recorrer ao Plenário, aplicando-se o parágrafo único do art. 115.

.....

Dispositivo semelhante também há no Regimento Interno do Senado Federal, com a transcrição de todos os debates e discurso proferido em Plenário, sendo publicada também em ata circunstanciada. É o que estabelece o art. 201:

Art. 201. Será elaborada ata circunstanciada de cada sessão, contendo, entre outros, os incidentes, debates, declarações da Presidência, listas de presença e chamada, texto das matérias lidas ou votadas e os discursos, a qual constará, salvo se secreta, do Diário do Senado Federal, que será publicado diariamente, durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, e, eventualmente, nos períodos de recesso, sempre que houver matéria para publicação.

§ 1º Não havendo sessão, nos casos do art. 154, § 6º, I e IV, será publicada ata da reunião, que conterà os nomes do Presidente, dos Secretários e dos Senadores presentes, e o expediente despachado.

§ 2º Quando o discurso, requisitado para revisão, não for restituído à Taquigrafia até às dezoito horas do dia seguinte, deixará de ser incluído na ata da sessão respectiva, onde figurará nota explicativa a respeito, no lugar a ele correspondente.

§ 3º Se, ao fim de trinta dias, o discurso não houver sido restituído, a publicação se fará pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador.

Há também dispositivos no Regimento Interno da Câmara dos Deputados que disciplinam o que deve ser apanhado, retirado ou, quando começar a ser realizado, o registro pela Taquigrafia, a saber:

Art. 17. São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:

I - quanto às sessões da Câmara:

.....
h) determinar o não-apanhamento de discurso, ou aparte, pela taquigrafia;
.....

Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

.....
VI - a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso;
.....

.....
VIII - sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo;
.....

Esses dispositivos são apenas alguns exemplos em que a taquigrafia está diretamente mencionada no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que visa, sobretudo, a manter a ordem no âmbito do processo legislativo, tendo em vista a sua complexidade no debate e votação de proposições legislativas.

Considerando que os procedimentos legislativos são dinâmicos, mesmo sem a concessão da palavra ao orador, cabe ao taquígrafo registrar tudo o que foi dito pelo Parlamentar. Ao revisor, compete a tarefa de decidir se cabe ou não o registro daquele pronunciamento.

Todavia, toda a estrutura de funcionamento do DETAQ, que dispõe sobre as suas competências administrativas, distribuídas em quatro coordenações (Histórico de Debates, Registro Taquigráfico, Revisão e de Redação Final), está disciplinada na Resolução nº 20, de 1971.

3.1 Importância do registro taquigráfico

A taquigrafia parlamentar brasileira foi criada para funcionar na Assembléia Nacional Constituinte, em 1823. Desde então, vem desenvolvendo importantíssimo papel para o registro e existência de toda a memória histórica da política brasileira. (Taquirás, 2007). Segundo Paulo Xavier, ex-Diretor do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, José Bonifácio, Patriarca da Independência, foi responsável em organizar o primeiro serviço de taquigrafia no País. Por isso, recebeu a condecoração de Pai da Taquigrafia.

A taquigrafia registra fielmente o discurso proferido com celeridade, rapidez e em tempo real, permitindo uma consulta rápida. Além disso, o taquígrafo é testemunha importante de tudo aquilo que fora dito. No mundo jurídico, pode ser comparado com aquele que possui fé pública, pois ele está testando e preservando todos os debates e discursos proferidos.

Assim, a Casa legislativa favorece a discussão dos mais diferentes temas e os principais acontecimentos da sociedade, incluindo matérias complexas e polêmicas, acessíveis a todos os brasileiros, debates calorosos, transcritos e disponibilizados tanto via Internet quanto pela Seção de Atendimento, por escrito ou por e-mail, a todos os entes da sociedade civil.

O registro das sessões parlamentares constitui atividade fundamental para o parlamento brasileiro. Após a redação final, tudo é armazenado e fica à disposição para ser consultado nos Anais da Casa, fonte de grande pesquisa para estudantes, parlamentares e historiadores. Portanto, há enorme responsabilidade do revisor em manter a fidelidade do texto oral na transposição para o texto escrito.

A Câmara dos Deputados disponibiliza aos usuários, em geral, acesso às votações, debates, discursos proferidos, por intermédio de sua página eletrônica (www.camara.gov) e, mais recentemente, o áudio de todas as audiências públicas, ordinárias ou extraordinárias, seminários, palestras realizadas nos plenários das comissões.

No caso das sessões plenárias, ao acessar o *link Discursos e Notas Taquigráficas*, é possível resgatar, por escrito, pronunciamentos, discursos e debates de todas as sessões realizadas na Câmara dos Deputados, desde a atual legislatura até legislaturas anteriores. O registro instantâneo pode ser acessado pelo usuário em 30min, após o seu pronunciamento em Plenário, o que garante rapidez e velocidade nas informações.

A Coordenação de Registro Taquigráfico do DETAQ é responsável pelo registro dos pronunciamentos e debates que ocorrem no Plenário, nas Comissões e em outros eventos; enquanto na Coordenação de Revisão o texto registrado é revisto e sumariado, ou seja, são elaboradas súmulas referentes aos pronunciamentos e debates ocorridos em Plenário e em Comissões; compete à Coordenação de Redação Final ou

Supervisão a montagem final das sessões e disponibilização para a Internet, para o banco de dados do DETAQ, para a Seção de Atas, órgão da Secretaria-Geral da Mesa, responsável pela publicação das sessões plenárias e reuniões em Comissão no Diário da Câmara dos Deputados; finalmente compete à Coordenação de Histórico e Debates — COHID o armazenamento e recuperação dos dados coligidos a partir da Coordenação de Redação Final.

Desta forma, o registro taquigráfico é fundamental para a transparência e lisura do processo legislativo, tanto *on-line* quanto via oficial. O objetivo principal da publicação *on-line* pela Internet é a rapidez da informação pura, o que realmente ocorre no Parlamento brasileiro. Por sua vez, a publicação oficial em diários tem finalidade legal e histórica.

3.2 A notas taquigráficas e o processo legislativo

O registro inicial é realizado e logo em seguida é analisado pelos revisores, para ajustes redacionais, de coerência, de coesão, de concatenação e, finalmente, o texto passa pela fase de redação final, de importância relevante, em que é feito o polimento final do texto, principalmente em relação à homogeneidade e compreensão, recebendo o nome de notas taquigráficas.

Todo o trabalho realizado pela Taquigrafia é feito de acordo com o RICD. Conforme estabelece o art. 65, as sessões da Câmara podem ser divididas em preparatórias, ordinárias, extraordinárias e solenes. Todas as sessões são públicas, mas há casos em que pela sua natureza são secretas, além da possibilidade de sua transformação nessa natureza, observados os arts. 69 e 92 do RICD.

Em relação às sessões preparatórias, destacam-se os comentários dos professores Carneiro, Santos e Nóbrega Netto ao Curso de Regimento Interno da Câmara dos Deputados (SANTOS, 2006, p.167), nos seguintes termos:

As sessões preparatórias prestam-se a empossar os candidatos a Deputados Federal eleitos e eleger os membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No primeiro caso, a posse ocorre no dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, às quinze horas (arts. 3º e 4º). Como o mandato dos membros da Mesa Diretora é de dois anos, a eleição para a primeira gestão ocorre no primeiro ano da legislatura. Passado o biênio, a eleição da Mesa Diretora para mandato final da legislatura ocorre em sessão preparatória que preceda o início da terceira sessão legislativa ordinária. A expressão “sessão preparatória” tem sua razão de ser, já que no dia 2 de fevereiro se inaugura a sessão legislativa ordinária e, para isso, as Casas do Congresso Nacional precisam estar “preparadas” para iniciar os trabalhos

legislativos, ou seja, os Deputados Federais e os Senadores da República devem estar devidamente empossados, e a direção política de cada Casa, eleita para condução dos trabalhos regulares.

De igual modo, nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, realizadas no Plenário principal da Casa, local de atuação dos taquígrafos e revisores, estes servidores necessitam ter conhecimento técnico das espécies normativas e das fases das sessões, porque faz parte do seu trabalho identificar o momento em que está ocorrendo determinado debate ou discurso, bem como se há a necessidade de concessão da palavra ou não, mudança de orador, mudança de presidente, dentre outros detalhes.

As sessões ordinárias têm a duração de até cinco horas, prorrogável. Cabe ressaltar que o Regimento Interno, art. 66, I a IV, não menciona como fases a Abertura e o Encerramento, os quais recebem tratamento diferenciado para o registro e, didaticamente, para o nosso trabalho serão destacadas. Assim, temos as seguintes fases: Abertura (início dos trabalhos, com a verificação de *quorum*, leitura da ata anterior e leitura de correspondência de interesse da Mesa e do Plenário); Pequeno Expediente (breves comunicações a fazer, geralmente textos pequenos e lidos pelo Parlamentar); Grande Expediente (fase destinada a oradores para pronunciamento mais longos, com duração de até 25 min); Ordem do Dia (período destinado para apreciação da pauta); Comunicações Parlamentares (momento reservado a posicionamento das bancadas, conforme indicação dos Líderes partidários); e Encerramento (quando se anuncia o término da sessão, geralmente com aviso da pauta e da data da realização da próxima sessão).

Nas sessões extraordinárias, há apenas uma fase, a Ordem do Dia. São sessões convocadas em horários diversos das sessões ordinárias, para discussão e votação de matérias específicas constantes na Ordem do Dia, com duração de até quatro horas, prorrogáveis. É importante destacar que neste tipo de sessão há a prevalência dos debates, em que a atuação do taquígrafo e do revisor tem papel fundamental na captação e fidelidade dos pronunciamentos, para não interferir no resultado final das discussões e decisões.

As sessões solenes destinam-se a comemorações especiais ou recepção de altas personalidades ou datas comemorativas, podendo ocorrer durante o Grande Expediente ou ao final da sessão de segundas-feiras e sextas-feiras, com a sua prorrogação.

Os trabalhos realizados pelos taquígrafos e revisores nas Comissões Permanentes ou Temporárias não são presenciais, o que torna a tarefa ainda mais difícil, principalmente a partir das gravações, com dificuldades na identificação de vozes, mistura de falas, intervenções inaudíveis, barulho e ruídos. Mesmo com toda a tecnologia, gravação digital, ainda assim, a ausência do taquígrafo é prejudicial, mas isso não o impede de fazer a transcrição dos trabalhos das Comissões. No caso da Câmara dos Deputados, essa ausência é normalmente justificada pela falta de quantidade suficiente de taquígrafos lotados no DETAQ.

Esse trabalho realizado sem a presença do taquígrafo só é possível, principalmente, nas CPIs, pela presença de apenas taquígrafo roteirista, que acompanha toda a sessão, fazendo o registro inicial de cada orador, para que na hora da transcrição não fique sem a identificação dos oradores. Esse papel também é desenvolvido pelos operadores de som, os quais registram apenas a seqüência dos oradores, papel este de fundamental importância.

No caso da CPI, o papel do taquígrafo e revisor é fundamental para o término dos trabalhos, pois a Comissão conclui o seu trabalho mediante a deliberação de relatório circunstanciado, conforme dispõem os art. 35 e 37, ambos do RICD. Assim, quanto maior a fidelidade dos textos, mais acertadas são as conclusões da Comissão que as encaminhará à Mesa, ao Ministério Público e ao Poder Executivo para adotar as devidas providências, conforme o caso.

3.3 A linguagem técnica no processo legislativo

A linguagem, de maneira geral, tem utilidade na comunicação diária, a qual apresenta dois aspectos ou formas: a artística e a técnica. A artística busca a emoção estética, em que reina a emoção, não havendo o dever de cumprir normas. Por sua vez, a linguagem técnica tem o objetivo de informar ou convencer. Esta se subdivide em informativa e lógica. Segundo Nascimento (1999, p.10), a oratória política faz parte da linguagem lógica, baseada em argumentos, expressão verbal do raciocínio e busca a razão, o pensamento em movimento.

Desta forma, a técnica legislativa tem por definição o modo correto de elaborar as normas jurídicas, de forma a torná-las exeqüíveis e eficazes. Segundo Kildere Gonçalves Carvalho (2007, pág. 79), o termo técnica deriva do grego *tekhne*, o

qual significa “a arte de aplicar os meios idôneos para obter um resultado pretendido.” Neste mesmo raciocínio, temos Hésio Fernandes Pinheiro, (*apud* CARVALHO, p.80), quando define técnica como: “a aplicação do método jurídico à elaboração da lei”. E no sentido mais amplo do conceito de técnica legislativa temos o entendimento de Geny, (*apud* CARVALHO, 2007, p.80) “como um conjunto de preceitos visando à adaptação da lei escrita à sua finalidade específica, que é a direção das ações humanas, em conformidade com a organização jurídica da sociedade”.

A técnica legislativa, segundo estudos recentes, supera a sua concepção originária, qual seja, a arte de elaborar a lei apenas para ampliar os seus horizontes, tendo como consequência de que os problemas de bem redigir não se encontram tão-só na lei isolada, mas no sistema em que ela se insere. (CARVALHO, 2007, p. 81). A técnica legislativa tem papel fundamental dentro do processo legislativo, tendo em vista que determinados parâmetros devem ser observados para a construção da estrutura do ordenamento jurídico.

A técnica legislativa se desenvolve de acordo com certas etapas e critérios. Desta maneira, para a formulação da lei, ocorrem etapas que podem ser assim enumeradas (Nascimento *apud* Von Humbolt, p.82):

1. realização da política legislativa;
2. estudo doutrinário da instituição jurídica;
3. exame do direito e da legislação comparada;
4. localização da norma no contexto legislativo vigente;
5. construção da estrutura do projeto;
6. formulação dos preceitos dentro da estrutura consagrada;
7. revisão, concordância e sistematização do texto com ele próprio e com as prescrições paralelas, análogas e opostas;
8. submissão do projeto para sugestões e observações. Exame das mesmas;
9. eventual modificação ou reformulação do projeto, com base nas observações ou sugestões recebidas;

Para a elaboração de uma norma há uma seqüência a ser obedecida. Trata-se de regras referentes à preparação, emissão e publicação dos atos legislativos. Há também a necessidade de conhecimento doutrinário e domínio da língua portuguesa para fase final de redação. Conclui-se desta forma que a técnica legislativa se manifesta em todas as etapas de elaboração de uma lei.

A importância da técnica legislativa, segundo Kildere Carvalho (2007, p.84), está bem sintetizada, porque “toda lei encerra, por outro lado, um conteúdo resultante de um conjunto de decisões políticas e jurídicas tomadas sobre a questão de

que se trata”. O autor destaca que o redator das leis, ou o técnico legislativo: “é aquele que verte no texto escrito as decisões das quais não é o autor, mas apenas do texto que as expressa” (CARVALHO, 2007, p.84).

É importantíssimo observar a linguagem utilizada, a qual deve ter a clareza de sua condição de norma, de seu conteúdo e de sua vigência. Para isso deve-se saber avaliar o grau de aceitabilidade da norma e as possíveis oposições jurisdicionais que possa vir a sofrer. Deve-se levar em consideração as regras da técnica legislativa: economia legislativa, precisão e inteligibilidade e ordenação sistemática. Segundo Kildere Carvalho, devem ser observadas as seguintes regras: unidade formal dos textos; economia; clareza das disposições normativas, incluindo a compreensão da linguagem normativa, a precisão na expressão e a ordem sistemática; a exigência de uma produção jurídica racional e de uma programação da produção jurídica. (CARVALHO, 2007, p.85)

Parafraseando Kildere Carvalho em relação ao elaborador da norma, os mesmos requisitos citados servem para o revisor de texto, que também necessita estar familiarizado com a Constituição Federal; saber distinguir as normas (lei de decreto; lei complementar de lei ordinária; decreto legislativo de resolução; entre outros atos normativos), bem como a correta redação das leis, os conhecimentos de princípios gerais relativos à elaboração das leis, e os de ortografia, gramática, sintaxe e semântica” (CARVALHO, 2007, p.89).

O DETAQ, responsável pelo registro dos pronunciamentos e debates que ocorrem no Plenário, nas Comissões e em outros eventos, disponibiliza para todos os seus servidores, via rede interna, Manual de Normas e Procedimentos para o Registro Taquigráfico, via Sistema de Informática da Taquigrafia – SITAQ e as MACROS, instruções básicas aplicáveis ao registro de qualquer tipo de sessão ou reunião.

As MACROS auxiliam os taquígrafos desde a abertura dos trabalhos, passando pela discussão, votação, ordem do dia, votação simbólica, redação final e encerramento da sessão. Trata, por exemplo, do preenchimento de página inicial, do formato dos vários tipos de pronunciamentos, casos de mudança de folha, dentre outros aspectos passíveis de suscitar dúvidas.

CAPÍTULO IV

ATUAÇÃO DO TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR

O Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ, vinculado à Diretoria Legislativa, tem a competência de planejar, organizar e dirigir as atividades pertinentes ao registro, conforme dispõe o art. 118 da Resolução nº 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, de todos os discursos proferidos durante as sessões plenárias da Câmara dos Deputados, sessões conjuntas do Congresso Nacional e de diversas Comissões, eventos ou seminários patrocinados pela Casa, bem como elaborar as súmulas de discursos, manter sistema de armazenamento e recuperação de informações relativas a pronunciamentos parlamentares e atividade típicas de registro taquigráfico.

Assim, o DETAQ realiza o registro de pronunciamentos e debates que ocorrem no Plenário e nas Comissões, prática que está relacionada diretamente com a atividade-fim da Casa. Subordina-se administrativamente, em pessoal, material, patrimônio, à Diretoria Legislativa e à Diretoria-Geral, mas também está vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, para onde encaminha seus trabalhos.

Por sua vez, à Secretaria-Geral da Mesa, órgão responsável pelo assessoramento legislativo, compete assessorar a Mesa da Câmara dos Deputados em todos os trabalhos legislativos e, em especial, a Presidência no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais, tais como dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Casa, bem como acompanhar e assessorar as sessões plenárias e demais eventos de natureza técnico-política.

Nota-se que o registro taquigráfico é sem dúvida ferramenta importante para a atuação da Secretaria-Geral da Mesa e, no uso de suas atribuições, quando necessita dirimir qualquer dúvida sobre o processo legislativo ou qualquer procedimento ou tramitação realizada em Plenário recorre-se às notas taquigráficas. Entretanto, inúmeras vezes há necessidade de resgatar os fatos o mais próximo possível do que ocorreu no Plenário. Para isso, geralmente, a Secretaria-Geral da Mesa solicita as Notas Taquigráficas na versão da fase da taquigrafia, sem ter passado pela fase da revisão. A finalidade é obter o registro fiel e o que realmente fora dito pelo Parlamentar, bem como verificar qual a verdadeira intencionalidade do orador.

O *site* Taquibrás⁹ (www.taquibras.com.br) mantém sempre atualizado um histórico da atuação do DETAQ, desde o trabalho do taquígrafo, responsável diretamente pelo registro taquigráfico de debates, passando pelas principais funções do DETAQ, bem como os objetivos do Departamento, os quais destacamos:

2.4 – Objetivos do DETAQ

Prestar serviços com o objetivo principal de possibilitar a divulgação dos pronunciamentos, depoimentos e debates, com vista a atender diversos interessados:

- a) os autores das intervenções, que podem revisar os textos;
- b) os parlamentares que se interessem pelo assunto;
- c) os jornalistas credenciados (Comitê de Imprensa);
- d) a Secretaria de Comunicação Social - Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, que utiliza o material para confecção do noticiário a ser divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelo *Jornal da Câmara*;
- e) as assessorias dos parlamentares, envolvendo representantes de órgãos oficiais e da sociedade em geral;
- f) a Mesa Diretora, para acompanhamento das atividades parlamentares em plenário;
- g) o Centro Gráfico do Congresso Nacional, encarregado da publicação da íntegra das sessões no *Diário da Câmara dos Deputados*;
- h) Órgãos dos demais Poderes da República, como Ministérios e Tribunais Superiores;
- i) cientistas sociais e políticos, pesquisadores, estudiosos, eleitores e público em geral.

Nesse sentido, a principal atribuição da Taquigrafia é “acompanhar e registrar todo o processo legislativo dentro do Plenário e das Comissões Técnicas, além de outros eventos”, conforme estabelece a Resolução nº 20, de 1971. Assim, cabe ao Taquígrafo Legislativo “executar tarefas relativas ao registro taquigráfico, direto ou por meio de fitas gravadas, de debates e pronunciamentos em Plenário, depoimentos, exposições, palestras e assuntos correlatos, e das sessões do Congresso Nacional”, de acordo com o Ato da Mesa nº 45, de 1984.

Por isso, a atividade desenvolvida pelo taquígrafo exige rapidez e qualidade na execução do serviço. Trata-se de uma atuação dinâmica, uma vez que não há horários rígidos para o seu cumprimento, tudo dependendo das sessões plenárias e das reuniões das comissões, que geralmente têm hora para se iniciar, mas não para terminar.

Outro fator que também caracteriza a atividade do taquígrafo é a variedade na linguagem, relativamente ao grau de cultura dos oradores e diversidade de assuntos abordados, uma verdadeira miscigenação de origens, com representantes dos mais distantes rincões deste País.

⁹ A Taquibrás, instituição fundada em 17 de abril de 1991, tem por finalidade expandir o ensino de taquigrafia e preparar taquígrafos para o Brasil.

4.1 A Revisão

Segundo Garcez (2001), a revisão de textos envolve o entendimento do texto, a identificação e a correção propriamente dita, exigindo tempo, atenção, conhecimento e estratégias eficientes de resolução dos problemas. Por essa razão, o revisor precisa refletir sobre a releitura de seu próprio texto e a revisão do texto de outro colega, adequando-se à linguagem do autor do texto – o revisor deve adequar-se à linguagem do texto, para, depois, adequá-la à norma culta – com clareza quanto às idéias veiculadas, aos aspectos situacionais e discursivos. Somente depois disso, o revisor deve ater-se à revisão propriamente dita.

Para que melhor se compreenda essa atuação, trata-se, a seguir, do processo de revisão de textos parlamentares e do trabalho do revisor.

4.1.1 O processo de revisão do texto parlamentar e as fases do processo taquigráfico

Nas duas Casas do Congresso Nacional, a atividade da escrita rápida é realizada por funcionários habilitados e qualificados — os taquígrafos —, lançando-se mão de diferentes métodos e técnicas. Há casos em que, mesmo utilizando o mesmo método, dificilmente um taquígrafo consegue ler ou decifrar os sinais de outro colega, pois trata-se de atividade altamente individual e personalizada.

As atividades desenvolvidas pelos taquígrafos na Câmara dos Deputados é fundamentalmente o registro de discursos dos parlamentares proferidos nas sessões, bem como o apanhamento das reuniões das Comissões. Uma característica marcante nas Comissões Parlamentares de Inquérito ou Sindicância é a transcrição das reuniões *ipsis verbis*, sem qualquer tipo de alteração ou mesmo correções gramaticais, dependendo evidentemente da “gravidade” do “erro”.

Como já exposto no capítulo anterior, o serviço do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados está estruturado em três etapas: taquigrafia, revisão e supervisão. O trabalho de cada fase depende das outras, sem prejudicar a autonomia e independência de cada etapa. Os taquígrafos e revisores são divididos e organizados em relação ao tempo, ou seja, distribuídos em tabelas com período

determinado, enquanto a tarefa do supervisor é dividida pela quantidade de *byte*, pelo tamanho dos arquivos, geralmente compreendendo o discurso (texto) na sua integridade.

Os registros dos pronunciamentos realizados pela Taquigrafia na Câmara dos Deputados são divididos em dois grupos. O primeiro é o apanhamento direto – vamos chamar assim –, realizado *in loco* no Plenário. O segundo é o trabalho executado após a realização da reunião (comissão) ou até mesmo simultaneamente, mas que não necessita da presença do taquígrafo para o seu apanhamento, senão de um roteirista treinado.

Em relação ao trabalho realizado no Plenário, há duas tabelas: taquígrafos e revisores. Os taquígrafos permanecem dois ou três minutos no Plenário, dependendo do tipo de sessão, enquanto os revisores, dez ou doze minutos — para facilitar o entendimento, será usada, aqui, apenas a tabela de dois minutos. Ela torna difícil, algumas vezes, a compreensão do desenvolvimento do raciocínio do orador, por tratar de pequenos trechos do discurso. Já o revisor é responsável pelo apanhamento de cinco taquígrafos. Portanto, sua permanência em Plenário é maior, dez minutos, o que, de certa maneira, facilita a compreensão e a clareza do texto.

Exemplificando-se, ocorre o seguinte: um taquígrafo “A” dirige-se ao plenário para fazer o seu registro das 14h08min às 14h10min, falando nesse intervalo dois oradores (o término da fala de Fulano de Tal e o início do discurso de Sicrano de Tal.) Ao retornar para a sala de trabalho, o taquígrafo “A”, se não confirmou as deixas em plenário (deixa é o ponto ou a palavra em que ocorrerá o “casamento” do texto, ou seja, a palavra-chave para começar a digitar o texto), confirmará as deixas com o seu antecessor e sucessor. Desta forma, o taquígrafo produz o primeiro registro, as notas taquigráficas propriamente ditas, faz a transcrição, digita, insere o texto automaticamente para o Sistema de Informatização das Atividades Taquigráficas - SITAQ, que é uma rede interna, em que não há necessidade a circulação de papel, disponibilizando-o a seguir para a publicação *on-line* via Internet e para a Revisão.

Este mesmo procedimento será desenvolvido pelo revisor. A diferença está no tempo, no caso, de dez minutos, não havendo mais a necessidade de digitação de todo o texto, já realizada pelo taquígrafo, fazendo apenas as correções e as alterações necessárias para a sua montagem.

Logo em seguida, o texto – ou os textos – é disponibilizado para Supervisão. Em caso de dúvidas, o supervisor recorre à gravação ou ao texto do taquígrafo. Vale ressaltar que a supervisão é realizada apenas nos textos disponibilizados pela Revisão.

No caso dos trabalhos realizados nas comissões parlamentares, o procedimento é um pouco diferente. São disponibilizados tempos gravados de cinco minutos, em que o taquígrafo faz toda a degravação com ajuda de roteiros (feitos pelo operador de som ou por outros taquígrafos). Após a digitação, esses trechos são disponibilizados para a Seção de Comissões do DETAQ, que faz a sua redistribuição para os revisores. Logo em seguida, há a disponibilização dos textos para a Supervisão.

Todas as gravações das sessões e reuniões são viabilizadas para os taquígrafos, revisores e supervisores pelo Sistema de Áudio, utilizando-se de computador multimídia para gravações no formato MP3, que, em parceria com a Coordenação de Audiovisual, também atende a solicitações de notas taquigráficas mediante disponibilização, em CD — MP3, do áudio de reuniões em Comissão e outros eventos.

Portanto, como bem frisado, a atividade principal do Departamento de Taquigrafia é a transposição do texto falado para o texto escrito. Nesse sentido, é evidente que são levadas em conta as diferenças e semelhanças lingüísticas entre os textos escritos e falados. Assim, a escrita é tida como estável, sem variação, estruturalmente elaborada, complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, ao contrário, é concreta, contextual e estruturalmente simples, marcada pela variação (MARCUSCHI, 1999). Essa caracterização é evidentemente idealizada, pois, além de não contemplar a correlação das duas modalidades entre si, considera-se cada uma um fenômeno monobloco, estático e homogêneo (HILGERT, 2007).

4.1.2 A atuação do revisor

Há diversos manuais de redação que orientam e são referências na aplicação das regras gramaticais, haja vista a necessidade de correção ortográfica e gramatical de texto. O objetivo desses livros é transmitir idéias (regras) de forma clara e bem construída, para que haja uma boa produção de texto e para que possa haver um polimento com boa revisão ortográfica. Assim, a função dos manuais é realizar uma coletânea de pensamento dos grandes doutrinadores, facilitando o acesso à bibliografia

ou especialista do assunto. É também de fácil manuseio, dada a sua condição de guias. Destacam-se, entre os mais utilizados pelos taquígrafos e revisores, o Manual de Redação e Estilo. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1997; o Manual de Redação da Presidência da República. Brasília: Presidência da República; e o Manual de Redação da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2004.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados possui seu próprio manual para orientar e facilitar os trabalhos de seus servidores, conforme o seu Preâmbulo, (2001), *verbis*:

O presente Manual, disponível apenas em meio eletrônico, está embasado nos padrões da norma culta da língua portuguesa e terá como objetivo principal a uniformização dos registros taquigráficos, com revisão e redação final, pelo Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Contendo praticamente todas as normas de gramática e de redação para o DETAQ, foi provido de índice analítico com *hiperlinks* remissivos do número de página ao texto.

Questões as mais polêmicas, que insolúveis atravessaram décadas, encontram aqui a sua solução. É o caso, por exemplo, da grafia dos números, que resolvemos, com pouquíssimas exceções, registrar todos em algarismos arábicos (1, 2, 3...).

Possíveis e prováveis ajustes poderão ser passados pelos servidores do Departamento a esta Diretoria. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2004, p. 06.)

Todavia, mesmo com o uso desses manuais, controvertida é a definição, no que tange às normas gramaticais — e à delimitação do que seja correção idiomática —, de “erro” ou desvio lingüístico. As discussões sobre as mudanças da língua e as inovações idiomáticas fazem parte de um jogo de poder, até certo ponto, antagônico: de um lado, o poder criador dos processos globalizados de comunicação social e, de outro, a força conservadora e repressora dos vernaculistas, das elites cultural e intelectual.

Entre essas duas forças está o revisor, no mister de desempenhar o equilíbrio e o ponto de encontro entre esses interesses antípodas. Em seu ofício, como dissemos, o revisor busca definir e atingir o “erro” no texto, a fim de saná-lo. O foco de sua ação é, então, aquilo que se configura como erro, e este é o objeto de sua perquirição. Por esse motivo, poder-se-ia considerar o revisor um coadjuvante na produção do discurso, na feitura do texto, tendo em vista que o resultado final da criação é fruto de seu crivo, de seu aval, de sua releitura. É necessário, portanto, num primeiro momento, definir o que seria “erro” ou “desvio” lingüístico, objeto da persecução quase filosófica do revisor.

Não obstante as ponderações de Bechara, o primeiro lingüista moderno a tratar da questão da conceituação de “erro” de forma objetiva foi o sueco Adolf Noreen (*apud* Cunha e Cintra, 2001, p.5), segundo o qual há três critérios principais de correção: o histórico-literário, em que a correção esteia-se no exemplo dos clássicos ou no uso encontrado nos escritores de determinada época, escolhida aleatoriamente; o histórico-cultural — que Jens Otto Harrys Jespersen (JESPERSEN, 1971, *apud* CUNHA e CINTRA, 2001, p.6), em crítica, cognominou “anárquico” — considera que não há erro em lingüística, já que a língua é organismo que deve desenvolver-se em completo estado de liberdade; e o racional, aquele em que (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 6) “o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala”, ou seja, aquele que reúne simplicidade com inteligibilidade. Este último é considerado pelo autor o melhor critério.

Em crítica a Noreen, Jespersen (*apud* CUNHA e CINTRA, 2001, p.6) diz que “falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou das formas”. Para ele, a correção estaria ligada a algo que seria comum para o que fala e para o que ouve, ou seja, a norma lingüística que ambos aceitam e esperam. Para ele, contudo, existe um referencial lingüístico ideal, que serve de parâmetro para a valorização da linguagem. Esse autor define, então, sete critérios para a correção da linguagem: o da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético.

Cunha e Cintra (2001) definem um parâmetro intermediário para a noção do correto, que se considera neste trabalho. Trata-se de uma visão mais liberal do ponto de vista de aplicação dos preceitos gramaticais, especialmente nos sete países que totalizam mais de 150 milhões de indivíduos que interagem por meio da Língua Portuguesa. Assim se manifesta Cunha:

A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal/ português do Brasil/ português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta/ linguagem média/ linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética/ linguagem da prosa). (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 8)

Ainda que já existam incontáveis estudos da sociolingüística a respeito do que seria a norma culta do português do Brasil, isso não é considerado por quem dita as

normas do “como se deve dizer o que se diz”. Já existem, inclusive, gramáticos que contemplam os usos pelos brasileiros, por exemplo, Celso Pedro Luft e Evanildo Bechara, que distinguem o uso oral do escrito por meio de textos que não são literários.

Garcez (2001) resume muito bem o resultado desses estudos lingüísticos. Segundo essa estudiosa da linguagem, o padrão de uma língua é determinado pelo poder político, econômico e social daqueles que o definem e o codificam nas gramáticas escolares e o consagram na escrita formal. A língua padrão é, desse modo, o consenso do que está nos documentos oficiais, nas leis, nos livros de qualidade, nos jornais e revistas tradicionais de grande circulação e não nos livros de literatura, como querem as gramáticas normativas:

No início do século, a norma estava nos textos literários de autores como Machado de Assis, Rui Barbosa e Euclides da Cunha. Eles são os exemplos mais citados em nossas gramáticas descritivas e normativas. Entretanto, os grandes escritores modernistas trouxeram para a literatura a fala do povo e novas criações de efeito estilístico (Guimarães Rosa, por exemplo) que constituem desvios, transgressões às formas aceitas até então na escrita culta formal. O modernismo constituiu uma forma de revolução na linguagem literária, libertando-a para novas experiências.

Portanto, não se deve mais generalizar, como se fazia a respeito dos textos do fim do século dezenove, dizendo que a norma culta está na literatura. Atualmente, a norma culta deve distinguir os usos literários dos não-literários, ou seja, dos textos informativos. (GARCEZ, 2001, p. 77)

Sobre os usos na língua escrita e falada em textos formais, a autora afirma, com base em estudos lingüísticos:

Há recursos da fala e da escrita informal que funcionam muito bem em determinados contextos, mas que são inadequados em documentos oficiais ou em textos formais. Muitas vezes, entretanto, encontramos algumas dessas formas impróprias, vestígios de coloquialismo, em textos que não as admitem. Constituem recursos inadequados para o texto formal escrito. Devem ser considerados os primeiros elementos a eliminar ou substituir quando se deseja transformar um discurso oral informal, espontâneo, em um texto escrito formal.

O texto formal utiliza o que chamamos de norma, língua culta ou padrão. É muito difícil definir o que seja o padrão culto de uma língua, pois estamos lidando com um fenômeno vivo, sempre em evolução, sujeito a uma infinidade de influências e transformações. Assim, não há por que se portar perante a língua de modo submisso a um poder autoritário. O que define a norma ou padrão culto é o uso, consensualmente aceito e consagrado como correto pelos falantes que têm alto grau de escolaridade. Isso diz respeito tanto à fala quanto à escrita. (GARCEZ, op. cit., p. 76-77)

Normalmente, consideram-se os textos parlamentares como textos formais, portanto, sua forma deve ser a da língua culta. No entanto, até que ponto esses textos, pronunciados das tribunas das duas Casas do Congresso Nacional, podem ser assim considerados? Como representantes do povo brasileiro, é fato que cerca de 10% dos Deputados, por exemplo, não têm sequer o ensino médio, conforme dados obtidos no

Centro de Documentação e Informação - CEDI da Câmara dos Deputados, via sistema SILEG. Muitos deputados não chegaram a terminar o ensino básico. Desse modo, transformar um texto pronunciado por um Deputado – consagrado pelo voto como representante do povo – em um exímio exemplo da norma culta da língua, enquanto esse Deputado não é representante da parcela culta do povo, pode ser um despautério. De qualquer modo, se essa é a norma da Casa, até que ela mude, talvez esse ainda seja o caminho, mas sem eliminar possíveis regionalismos – que podem, inclusive, vir entre aspas – ou características discursivas e semânticas intrínsecas da formação discursiva e ideológica do Deputado.

Garcez (op. cit.) considera o fato de que a “norma padrão assegura a unidade lingüística do país, uma vez que essa norma se sobrepõe às variedades regionais e individuais, sem eliminá-las. É exigida em determinadas circunstâncias, mas os dialetos regionais e as particularidades estilísticas pessoais têm seu espaço na vida social.” (GARCEZ, op. cit., p. 77-78). São essas particularidades estilísticas e certos usos regionais e sociais da língua que devem ser respeitados pelos taquígrafos e revisores de modo geral.

Por outro lado, desde o início de sua educação, tanto pela família quanto pela escola ou até mesmo na vida profissional, busca-se o condicionamento do brasileiro, para que ele obedeça às normas e regras da gramática normativa, muitas vezes considerando-a como sendo a própria língua, mesmo em total divergência com o padrão nacional falado. A maioria dos brasileiros não fala nem escreve conforme o que é marcado como padrão culto da língua, mas pensa que esse seria o modo correto de se falar e escrever, condicionados que estão. Os parlamentares não ficam fora dessa regra. Muitos deles não são capazes de formular adequadamente um texto – do ponto de vista da gramática normativa – em relação à concordância verbal ou nominal, ou seja, os textos parlamentares nem sempre obedecem à norma culta. Ao contrário, eles contêm desvios do ponto de vista da norma culta da língua, embora os parlamentares representem um segmento importantíssimo da sociedade, podendo ser compreendidos por aqueles que são do mesmo grupo social.

No entanto, o revisor não pode – de acordo com as normas da Casa e com a própria Constituição Federal – deixar de obedecer à norma-padrão e, com isso, não leva em consideração as variedades lingüísticas, uma vez que a gramática normativa não faz

distinção clara entre o uso oral, aceito por falantes, e a modalidade escrita. Muitas gramáticas – a maior parte – intitulam suas regras como “formas de bem dizer”, ou seja, falar bem seria falar de modo padronizado.

Na ótica da Análise do Discurso, afirma Orlandi (1996, p.37) que a leitura é uma interação verbal produzida, e o analista deve procurar determinar o processo e as condições de sua produção, na qual se desencadeia o processo de significação, em que o leitor atribui sentido ao texto. Quando isso não acontece, perde o discurso a sua característica principal, a coerência, porque não se utilizou adequadamente o sentido literal das palavras, nem o que pretendia dizer o autor. É por isso que o leitor-taquígrafo e o leitor-revisor devem ter cuidado para não se tornarem podadores do texto, que eliminam as marcas de autoria, fazendo com que o leitor final – o povo – seja incapaz de resgatar a coerência do texto e seu autor.

Ressalte-se a importância, para o revisor, da noção de gênero para estabelecer um procedimento racional e seguro de revisão. É a partir da definição do gênero textual que se vão desenhar as fronteiras e os limites que ficarão sob a pena do revisor.

À luz da visão bakhtiniana (BAKHTIN, 2000, p.279) de gênero do discurso, pode-se dizer que o primeiro passo do revisor de texto é estabelecer os gêneros primários do discurso, ou seja, estabelecer de que forma se dá a interação ordinária dos parlamentares, se na modalidade oral ou na escrita. A partir dessa diferenciação, que vai nortear toda a ação interventiva no texto, passa-se à análise das formas discursivas mais complexas. Neste ponto, mister se faz definir a que esfera da atividade humana está associado o processo de interação pela linguagem sob o crivo da revisão, a finalidade do texto, ou seja, se se trata de texto literário, jornalístico, jurídico, comercial, científico, oficial, de *e-mail*, de *chat*, de *blog* etc.

Os gêneros do discurso são, para Bakhtin (2000, p.279), tipos relativamente estáveis de enunciados. Um exemplo bastante ilustrativo da necessidade dessa análise primordial — ou seja, de se saber a qual gênero pertence o texto a ser revisado — pode ser verificado, por exemplo, na criação literária. Nas letras de canções populares, por exemplo, a composição prende-se muito mais à adequação rítmica e fonética do que a regras de cunho gramático-normativo. Tal adequação provoca certos efeitos de sentido no texto e, no processo de interação, é, na maioria das vezes, eficaz, ainda que sejam

transgredidos os ditames da gramática normativa. Isso, não raramente, ocorre por ação deliberada do autor.

Desse modo, imaginar que todos os gêneros discursivos devem adequar-se a normas gramaticais rígidas implica engessamento da comunicação. Uma grave consequência seria a uniformização e o nivelamento aleatórios dos textos e um lesivo prejuízo ao precioso e rico processo criativo.

Abrem-se, neste ponto, parênteses necessários. Os processos de mediação das expressões culturais definem não só a concepção como também a forma de disseminação da comunicação. É papel do revisor, também, saber como é feita a distribuição do texto, o suporte que o torna acessível ao receptor da mensagem.

Em contraste com textos de cunho fundamentalmente artístico-literário, a atuação do revisor pode tornar-se muito mais pesada, pelo menos no que diz respeito à aplicação das regras da gramática normativa, em textos cujo gênero encontra-se inserido em contexto de linguagem culta, rebuscada, erudita.

Tomemos como exemplo um excerto de “Oração aos Moços”, discurso preparado por Rui Barbosa, em 1920, para os formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, dos quais foi paraninfo. Nele, o jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, e ainda membro fundador da Academia Brasileira de Letras, discorre sobre o papel do magistrado e a missão do advogado. A erudição do Águia de Haia poderia supor despiciendo o trabalho do revisor em seus textos. Ao contrário, conforme se demonstrará, a revisão textual, mesmo que efetivada posteriormente pelo próprio autor, é de fulcral importância para a consecução da interação verbal que se pretende idealmente perfeita ou, pelo menos, adequada. Não é demais lembrar que nunca se lê o texto com os mesmos olhos, e o texto nunca é o mesmo a cada leitura, considerando-se o conceito de dialogia cunhado por Bakhtin (1977). Eis, então, o trecho mencionado:

O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite; e nunca vos negueis às suas visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesouros 43, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem sentença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer.

O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis

quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sobre a noite o cérebro pende ao sono. Antemanhã, tende a despertar.

Não invertais a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando este à cama, e aquela às distrações. O que se desperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça já exausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o revolver, o meditar do estudo. (KURY, 2006, comentário 44)

Sobre este trecho, comenta Kury (2006, comentário 44), em trabalho de releitura que realizou para a Fundação Casa de Rui Barbosa:

44 lho tenhais à conta de importuna. – Assim está no manuscrito, pág. 50. O sentido e a regência exigiriam, porém, a em vez de lho: “Nem, por vir muito cedo [o aldrabar da mão oculta], lhe leveis isso a mal, nem a [a mão oculta] tenhais à conta de importuna.” – A discrepância se deve a uma emenda de Rui, substituindo, após o segundo lho, um verbo, que riscou, por outro.

O uso de “lhe” por “a”, considerado um deslize de Rui Barbosa, passou despercebido quando da feitura do texto, que possivelmente foi escrito e reescrito diversas vezes, conforme comprovam os seus alfarrábios. Isso mostra que, mesmo em textos de autor tão distinto como Rui Barbosa, há marcas lingüísticas da origem do autor e de sua identidade. Ele era baiano e, na Bahia, o uso mais recorrente é do pronome oblíquo “lhe” e não do “o” ou do feminino “a”, por exemplo.

A tarefa do revisor textual, contudo, não se restringe à identificação de problemas gramaticais, do gênero textual ou de destrinçamento da função identitária presente no discurso. É necessário intrometer-se na intencionalidade do orador ou escritor, a fim de revelar-lhe o pano de fundo ideológico e identificar no texto os modos de operação da ideologia. Além do mais, é importantíssimo para o revisor a releitura do texto, depois de consideradas todas as circunstâncias que envolveram o seu fazimento e a sua distribuição. No procedimento de interpretação e reinterpretção, todos os elementos colhidos nas análises servem de apoio ao processo de elaboração argumentativa do orador.

Desse modo, a revisão superficial, ou seja, de um texto parlamentar, pode obscurecer todo o trabalho do redator e pôr a perder tudo o que de fértil e produtivo poderia dali provir. Por outro lado, o revisor, ciente dessa responsabilidade em manter a fidelidade e as marcas individuais de cada orador, toma posse de todos os instrumentos que o capacitarão à adequada revisão textual.

4.1.3 A fidelidade ao texto original

A fidelidade é um dos principais problemas enfrentado pelos taquígrafos, por isso um dos objetivos deste trabalho é mostrar que é possível manter a máxima fidelidade semântica discursiva nos discursos proferidos pelos parlamentares. Nesse sentido, com o objetivo de demonstrar que é possível fazer revisão sem profundas modificações no texto, foram selecionados pequenos trechos com sugestões para correção, as quais têm como objetivo principal possibilitar a continuidade e clareza do discurso, sem impor um estilo próprio em detrimento das características do discurso do orador, nem alterar o resultado final no processo legislativo.

Esta preocupação com a fidelidade também é demonstrada pelo Departamento de Taquigrafia, conforme Circular nº 12/2004 - Fidelidade à fala do orador, *verbis*:

Hoje, o que se espera do taquígrafo, do revisor e do supervisor, o que mede acima de tudo a qualidade do seu trabalho, a sua competência, é a habilidade em montar as frases e o texto limitando-se tão-somente às palavras proferidas pelo orador, evitando-se erros gramaticais. Raramente, só em último caso, devemos acrescentar ou retirar palavras a um discurso. Devemos, antes de mais nada, manter o estilo de cada orador, a forma individual, popular ou regional, de manifestar-se, e não colocar todos os parlamentares na vala comum dos grandes e notáveis tribunos, agraciados com o dom da oratória (CIRCULAR Nº 12/2004, DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA).

Nesse sentido, a revisão é que realiza a primeira conferência, antes de o texto ser enviado à redação final, no intuito de verificar se o taquígrafo fez alterações ou modificações significativas. Por tudo isso, percebe-se, muitas vezes, que quando um revisor ou taquígrafo modifica, retira ou acrescenta palavras a um texto, é a preocupação com sua própria ideologia que fala mais alto e não a preocupação com a fidelidade ao texto parlamentar, carregado de suas próprias características discursivas.

No próximo capítulo, faz-se a apresentação e a análise dos textos *corpus* deste trabalho e pretende-se que todo o processo do qual trata este estudo se torne mais claro. Busca-se, com a análise dos dados, responder às questões de pesquisa e atingir os objetivos propostos na Introdução.

CAPÍTULO V

OS LIMITES DO REVISOR

Este Capítulo apresenta e analisa o *corpus*, as interpretações das alterações feitas pelos taquígrafos ou revisores se dividem em dois grupos, considerando o *corpus* do trabalho e a parte do processo de revisão dos textos parlamentares, que vai da coleta dos dados em plenário pelos taquígrafos até a supervisão dos textos já revisados. Com esta análise, pretende-se mostrar que as escolhas dos agentes da revisão – seja taquígrafos, revisores e supervisores – na Câmara dos Deputados nem sempre abrangem os aspectos semânticos e discursivos do texto parlamentar, considerando a formação discursiva e ideológica dos deputados e sua relação com seus interlocutores.

5.1 O Corpus

O *corpus* deste trabalho é constituído por dois grupos de excertos de registros, quais sejam, trechos de discursos parlamentares; e modificações feitas nos textos pelos taquígrafos, revisores e supervisores. Esses textos foram acompanhados pela Coordenação de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, no “Projeto de Acompanhamento”, desenvolvido em 2001 e 2002, cuja finalidade é fazer o controle e acompanhamento permanente do registro taquigráfico primário, sem prejuízo da velocidade na divulgação instantânea da informação. O projeto está dividido em 3 etapas: primeira envolve o acompanhamento individual do trabalho de cada taquígrafo; a segunda, refere-se ao treinamento coletivo; e a última, envolve a releitura da “sessão on-line”, ao mesmo tempo em que os taquígrafos produzem seus textos.

O primeiro grupo é composto de quatro pequenos trechos, relidos por taquígrafos, na denominada Fase de Releitura, do citado projeto. Os taquígrafos que fazem o acompanhamento relêem os trechos com a preocupação de manter a fidelidade semântica e discursiva entre o que os Deputados efetivamente dizem e o que é registrado pelos taquígrafos, permitindo apenas mínimas alterações.

O outro grupo é formado por dois trechos de maior extensão e complexidade e correspondem, respectivamente, às atividades desenvolvidas pelos taquígrafos, pelos revisores e pelo supervisor de cada grupo. Desse modo, eles representam, de certa forma, uma pequena parcela do trabalho desenvolvido por esses

especialistas, mas suficiente para mostrar que em certas ocasiões a fidelidade semântica e discursiva não é mantida nas revisões.

5.1.1 As intervenções do taquígrafo

Todos os textos (1 a 4) deste item têm a versão do taquígrafo, coletada por ele durante um pequeno período em que esteve em plenário, e a correção apontada pela releitura. Vejamos:

Texto 1

Versão do taquígrafo:

1 Fica **aqui** o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com mais 2 tranqüilidade, buscando **as** saídas para **a construção das** mudanças que o 3 Lula, certamente, trará para o Brasil.

Correções apontadas por taquígrafos:

1 **Fica, portanto,** o meu apelo no sentido de discutirmos as questões com 2 mais tranqüilidade, buscando saídas **para as mudanças** que o Lula, 3 certamente, trará para o Brasil.

A correção apontada e efetuada pelo taquígrafo foi o uso do articulador de conclusão – portanto – em detrimento da forma coloquial usada pelo orador – aqui –, evitando, desse modo, a cacofonia: caqui. De qualquer forma, se a intenção real do taquígrafo fosse conferir mais formalidade ao texto, ele poderia ter substituído o advérbio de lugar “aqui” por outro advérbio de lugar, como “neste parlamento”, “neste plenário”. Outra mudança necessária, se a intenção fosse tornar o texto mais formal, seria trocar o substantivo “saídas” – mais usado na oralidade – por outro como “recursos” ou “expedientes”.

Em seguida, o taquígrafo eliminou o artigo definido feminino plural “as” antes do vocábulo “saídas”, o que o deixa sem restrição. Observe-se que, com o artigo, o número de “saídas” seria mais restrito e, discursivamente, o locutor mostra conhecer o fato de que elas existem: “há saídas e elas precisam ser buscadas/encontradas”. Sem o artigo, no entanto, o fato de haver ou não saídas é desconhecido pelo locutor, e elas não são delimitadas ou vislumbradas por ele. Nesse caso, portanto, talvez fosse mais pertinente deixar o artigo.

Outra mudança realizada foi a retirada da palavra “construção”, a fim de dar mais clareza e objetividade ao texto, mas essa modificação muda o sentido do texto. O pronunciamento do deputado parece caminhar em sentido favorável às possíveis

mudanças que Lula traria, visto que ele fala afirmativamente da “construção” dessas mudanças: “buscando as saídas para a construção das mudanças que o Lula, certamente, trará para o Brasil”. Ora, não se sugere “construção” de coisas das quais se é contra.

Compreendendo desse modo, poderíamos reescrever o trecho acima da seguinte maneira: “buscando os recursos para a implementação das mudanças que, certamente, Lula [desejará fazer, enquanto presidente]”. Com isso, entende-se que a intenção do deputado, numa análise de todo o trecho, seria apoiar as mudanças que, futuramente, seriam propostas por Lula e que há recursos/saídas para isso que os deputados devem encontrar juntos, conversando tranqüilamente. Percebe-se, se assim se compreende o trecho, que a retirada do vocábulo “construção” é inadequada.

Por outro lado, é possível entender que há inadequação vocabular em “construção de mudanças”, pois se pode entender que mudanças não se constroem, uma vez que a palavra “mudança” pode significar modificação, transformação e o vocábulo “construção” pode significar criação, edificação, efetuação e até preparação. Esse parece ter sido o caminho seguido pelo taquígrafo, pois pode parecer estranho para alguns dizer algo como: “criação de modificações”. Entretanto, o pronunciamento não foi feito com essas palavras, e o texto deve ser interpretado em sua totalidade.

No caso dos textos parlamentares – mas não só destes –, o revisor deve ter a preocupação de conhecer quem os pronunciou e quando, qual foi o contexto político e social do dito, dadas as patentes e complexas relações políticas que se fazem nesse âmbito. É conhecendo o locutor, sua formação discursiva e ideológica que se podem fazer as intervenções necessárias em um texto, preservando suas relações textuais, semânticas e discursivas.

No caso acima, retirando-se a palavra “construção”, o texto fica ambíguo. Não se pode definir com muita clareza, por exemplo, se o deputado deseja “encontrar saídas”, prevenindo-se contra as – “para as” – mudanças que Lula trará ou “encontrar saídas” em prol dessas mudanças, pois o trecho “encontrar saídas para as mudanças” pode ser entendido pelo menos desses dois modos. O mesmo trecho, acrescido da palavra “construção” ou de um seu sinônimo, eliminaria a ambigüidade: “encontrar saídas para a construção/implementação/efetuação/efetivação das mudanças”.

Vejamos o texto 2:

Texto 2

Versão do taquígrafo:

1 **O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho 2 certeza de que a preocupação de V.Exa. é **a mesma** do Presidente da Casa. 3 Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

Correções apontadas por taquígrafos:

1 **O SR. PRESIDENTE** (Marçal Filho) – Deputado Mauro Benevides, tenho 2 certeza de que a preocupação de V.Exa. é **igual à** do Presidente da Casa. 3 Vamos reiterar o apelo de V.Exa. ao Presidente Aécio Neves.

Nesse caso, vimos que o taquígrafo trocou “a mesma” por “igual a”. É possível que ele tenha entendido que o adjetivo “mesmo” seja inadequado neste contexto, pois muitos entendem que “mesmo” pode ser empregado apenas em dois casos: quando dá a idéia de identidade (relativo a pessoa ou a objeto), por exemplo, em “A moça é a mesma” ou “Ele mora na mesma casa”; ou como sinônimo de próprio, por exemplo, em “veste-se a si mesmo”. Nesse caso, pode parecer que nenhum desses dois é o caso do texto acima, e que o orador quis dizer que a preocupação do Deputado Mauro Benevides é “idêntica” à preocupação do Presidente da Casa. Nesse caso, teria ocorrido um erro no emprego das classes de palavras, que, portanto, deveria ser corrigido.

Não obstante, outra interpretação é possível nesse caso. Tomemos, por exemplo, uma situação hipotética em que duas pessoas têm um problema em comum: um trabalho que está atrasado, uma casa que está caindo, uma doença na família. Nesse caso, pode-se dizer que ambos têm “uma” preocupação comum. Essa preocupação não é apenas “igual”, mas é “a mesma” na medida em que o objeto da preocupação é “o mesmo” (e não apenas idêntico). De qualquer modo, segundo o dicionário Aurélio Eletrônico, o adjetivo “mesmo” tem, pelo menos, as seguintes acepções:

Exatamente igual; idêntico; parecido, semelhante, análogo; próprio, verdadeiro; este, esse, aquele; citado, mencionado; que figura em pessoa; que se apresenta em caráter pessoal; não diverso; não outro; tal qual; que não mostra alteração no caráter ou na aparência; que não mudou; invariável. (AURÉLIO, 1999, verbete ‘mesmo’)

Daí entende-se que, ainda que o vocábulo mesmo tenha sido usado no sentido de “igual/idêntico”, o uso deste vocábulo pelo deputado foi adequado ao contexto do dito e que, portanto, a mudança feita pelo taquígrafo foi, se não inadequada, pelo menos desnecessária.

Abaixo temos mais um trecho revisado pela taquígrafia:

Texto 3

Versão do taquígrafo:

1 É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso 2 Nacional, mas **também passarmos** à construção mais saudável de políticas 3 estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e poderemos 4 **fazer** o vínculo claro entre a economia e a **prioridade: a cidadania 5 brasileira.**

Correções apontadas por taquígrafos:

1 É a possibilidade que temos de não apenas resistir dentro do Congresso 2 Nacional, mas também **de** passarmos à construção mais saudável de 3 políticas estruturantes, de uma política econômica com outra lógica e 4 poderemos **definir** o vínculo claro entre a economia e a cidadania brasileira, 5 **que é a nossa** prioridade.

A primeira correção apontada é feita para manter o paralelismo em relação ao substantivo “possibilidade”, no início do texto, que exige a preposição “de” na construção “ter possibilidade”. Nesse caso, no trecho “É a possibilidade que temos de”, que se poderia traduzir “É que temos a possibilidade de”, “ter possibilidade” se liga pela preposição “de” a três verbos. Vejamos: “temos a possibilidade” de (1) resistir, (2) passarmos, e (3) podermos. Nesse caso, se o taquígrafo bem entendeu ser necessário acrescentar a preposição antes do verbo “passar”, por que não o fez também antes de “poder”? Outro fato é que, se é tão importante manter a correção gramatical do texto parlamentar, o taquígrafo poderia ter corrigido a flexão número-pessoal inadequada nos dois últimos verbos, donde teríamos: “temos a possibilidade” (1) de resistir, (2) de passar, e (3) de poder.

Outra alteração que merece destaque é a troca do verbo “fazer” em “fazer o vínculo” – uso claramente inadequado e comum entre os parlamentares –, por “definir”. Fazendo uma rápida análise do caso, temos que o problema foi detectado, mas é possível que o verbo usado pelo taquígrafo seja, do mesmo modo, inadequado. Nesse caso, talvez o mais apropriado para o contexto fosse algo como o verbo “estabelecer”. O contexto e uso de verbo é “... o vínculo claro entre a economia e a cidadania...”. Ora, se o vínculo é “claro”, ele não precisa ser definido, mas pode ser “estabelecido” ou “fixado”, por exemplo.

Houve também o acréscimo do conectivo de explicação “que é”, o acréscimo do pronome possessivo “nossa” e a mudança de ordem compreensível e adequada em “vínculo claro entre a economia e a prioridade: a cidadania brasileira”. Ficou assim: “vínculo claro entre a economia e a cidadania brasileira, que é a nossa

prioridade”. Na fala, muitas vezes, trocamos a ordem do que dizemos e o texto pode ser compreendido, ainda que após um questionamento e uma explicação do interlocutor, já que há essa possibilidade. Já a escrita exige mais elaboração, que explica a mudança acima, feita pelo taquígrafo a fim de possibilitar mais clareza ao texto, mantendo as marcas pessoais e a intenção do orador.

Outra mudança, do mesmo gênero, que poderia ter sido feita com justificativa semelhante seria no trecho “É a possibilidade que temos **de** não apenas resistir...”. Poderia ter havido a mudança da preposição “de” para junto do verbo, donde teríamos “possibilidade que temos não apenas **de resistir...**”, o que também traria mais clareza ao texto, sem mudar seu sentido.

A seguir temos o trecho 4:

Texto 4

Versão do taquígrafo:

1 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **em primeiro lugar**, quero 2 cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários da Casa. Retorno depois 3 de um período de intensa campanha eleitoral e aproveito **inclusive** para 4 agradecer aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro a possibilidade de 5 continuar, por mais quatro anos, o trabalho na Câmara dos Deputados, que 6 espero **ser** cada vez mais qualificado para responder à expectativa popular.

Correções apontadas:

1 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **quero** cumprimentar a V.Exa. e a 2 todos os funcionários da Casa. Retorno depois de um período de intensa 3 campanha eleitoral e aproveito **para** agradecer aos eleitores do Estado do 4 Rio de Janeiro a possibilidade de continuar, por mais quatro anos, o 5 trabalho na Câmara dos Deputados, que espero **seja** cada vez mais 6 qualificado para responder à expectativa popular.

A primeira modificação apontada pelo taquígrafo neste texto foi a retirada da expressão “em primeiro lugar”, possivelmente justificada, no texto escrito, pela ausência da expressão “em segundo lugar” – ou outra semelhante – na continuidade no texto, isto é, não parece haver outro(s) elemento(s) de coesão que justifique essa citação de algo “em primeiro lugar”, no texto.

Entretanto, numa análise pragmático-discursiva do texto em questão, pode-se dizer que, ao tomar a palavra para fazer seu pronunciamento, que, possivelmente trataria do assunto em pauta na Casa naquele momento, o deputado, “primeiramente” – antes de fazer o mencionado pronunciamento – desejou cumprimentar seus pares e

funcionários. Nesse caso, a expressão “em primeiro lugar” faz uma referência situacional a algo que o deputado diria antes de fazer seu pronunciamento. Nesse caso, a inadequação encontrada remete-se ao texto escrito, em que uma expressão como essa implica necessariamente outra que se liga a ela numa relação de coesão, como já dito: em primeiro lugar, em segundo lugar. Outra importante observação é que, se o texto apenas se iniciava, não poderia o taquígrafo prever que, no trecho seguinte, não haveria, por exemplo, algo como: “Em segundo lugar, quero fazer a seguinte observação sobre o assunto em pauta...”.

Esse exemplo serve para mostrar dois fatos: primeiro, que só se deve revisar o texto quando ele está completo; segundo, que nem sempre a coesão é feita com algo que está dentro do texto. Além disso, discursivamente, a expressão “em primeiro lugar” pode servir para marcar enfaticamente o cumprimento feito pelo locutor, para justificar, a seguir, sua ausência prolongada. Nesse caso, se essa expressão fosse realmente única e sem seqüência coesiva no texto, talvez fosse o caso de substituí-la por algo como: “antes de tratar do assunto em pauta”, “antes de iniciar meu pronunciamento sobre...”

Uma modificação que não foi feita, mas que seria adequada, se a intenção fosse aproximar o texto parlamentar da língua culta, seria retificar a regência do verbo cumprimentar. O deputado disse “cumprimentar a V.Exa. e a todos os funcionários”. Embora esse seja um verbo transitivo direto, o deputado usou a preposição “a” antes de “V.Exa” e de “todos”. Nesse caso, o melhor seria omitir a preposição, o que não mudaria o sentido do texto e o aproximaria um pouco mais da norma-padrão da língua portuguesa.

A outra modificação feita pelo taquígrafo foi a retirada da palavra – inclusive – denotativa de inclusão. Numa primeira leitura, a retirada dessa palavra se justifica porque não há, necessariamente, qualquer inclusão a ser feita no texto. Seria esse um erro no emprego de classe de palavras. Numa leitura mais cuidadosa, no entanto, pode-se entender que há um elemento que o deputado desejou acrescentar ao seu pronunciamento. Numa rápida análise de todo o trecho taquígrafado e exposto, tem-se que o deputado, primeiro, desejou cumprimentar seus pares e os funcionários da Casa, devido à sua prolongada ausência. Depois, justificou a sua ausência falando sobre a campanha eleitoral. Como falava em campanha eleitoral e, de certo modo, dando continuidade a ela, resolve “incluir” em seu pronunciamento um agradecimento a seus

eleitores. Ou seja, houve aí um elemento incluído no texto, como se estivesse entre parênteses, pois é alheio ao que se estava dizendo. É nesse sentido que se pode dizer que há inclusão.

No entanto, em termos de textualidade, o agradecimento feito – e não apenas a palavra inclusive – não se faz adequado à construção da textualidade que se deseja coesa e coerente. É desse modo, porém, que o deputado disse o que disse. Sua maneira de dizer reflete discursivamente sua intenção política, e isso dificulta o trabalho do revisor, que teria de fazer toda essa análise discursiva antes de decidir retirar ou modificar um trecho ou palavra do texto original. O que o taquígrafo poderia ter feito, nesse caso, seria deixar o texto tal como foi dito, para que o revisor, com todo o texto nas mãos, pudesse revisá-lo, optando, discursivamente, e não apenas gramatical e estilisticamente, por modificá-lo ou por deixá-lo como estava. No discurso, como vimos, tramitam ideologias, intenções e discursos que se relacionam a outros discursos, e o revisor deve ter o cuidado de manter essas relações, até em nome do interesse dos possíveis leitores dos deputados e de suas escolhas políticas.

Já a mudança do tempo do verbo “ser”, na penúltima linha, do infinitivo para o presente do subjuntivo só poderia ser efetivada se o termo antecedente se referisse ao trabalho desempenhado pelo Deputado na Câmara, o que não ocorreu. Isso mostra que, nem sempre, numa análise rápida, tanto o taquígrafo quanto o revisor podem chegar a uma boa alternativa de revisão do discurso parlamentar. Como já dito, é necessário que os pronunciamentos sejam considerados em sua íntegra e que a revisão tenha em conta, mais do que a adequação do discurso à norma culta, suas implicações discursivas.

5.1.2 As intervenções do revisor e do supervisor

Os textos nºs 5 e 6 contêm trechos de maior extensão e complexidade, correspondentes às atividades desenvolvidas pelo taquígrafo, pelo revisor e pelo supervisor. O Texto 5 contempla todas as fases de registro da Taquigrafia, ou seja, a fase de apanhamento (taquigrafia), de revisão e de supervisão, além de apresentar uma sugestão da Coordenação de Registro Taquigráfico do DETAQ de como deveria ser feita a revisão sem alterar ou fazer profundas modificações no discurso parlamentar. Já o Texto 6 contempla apenas as fases de taquigrafia e revisão, uma vez que a fase da supervisão ficou neutralizada, haja vista que o supervisor apenas ratifica o discurso

encaminhado pela revisão, bem como a sugestão da Coordenação.

Para facilitar a análise, os trechos analisados são reproduzidos na íntegra no corpo deste trabalho, com suas linhas numeradas. A intenção, aqui, não é fazer uma análise exaustiva dos discursos, mas mostrar que as intervenções dos agentes da revisão dos discursos parlamentares nem sempre são as mais adequadas discursivamente. Muitas vezes, o que o parlamentar disse, com que intenção disse, de que modo disse e por que disse do modo como disse não são itens considerados no momento da revisão, em que tem mais ênfase a gramática normativa e o estilo de redação. Abaixo, temos o texto número 5 e as versões de cada agente da revisão parlamentar que participaram do trabalho:

Texto 5

Versão do taquígrafo

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. **Havia**
2 **uma canção na época**, “noventa milhões em ação, para frente Brasil
3 do meu coração...”, que fez com que esse número ficasse bem fixado
4 na memória de nossa população.

5 Em 2002, **estamos com** 180 milhões de habitantes. Nasceram,
6 aproximadamente, 90 milhões de habitantes em apenas 32 anos, a
7 população brasileira, então, praticamente duplicou.

8 É evidente que **a sociedade** não tem condições de enfrentar esse
09 imenso desafio de manter uma criação de empregos, escolas e
10 hospitais. Enfim, **a sociedade brasileira** não tem como atender a essa
11 demanda provocada por essa **imensa maioria** da população brasileira.

12

13 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas
14 que angustia a massa da população em nosso País. **E o que é mais**
15 **grave?** É que essa população tem crescido na base periférica **da ação**.
16 O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa **dramaticidade**,
17 dificuldade de conseguir um emprego, uma educação para seus filhos,
18 **a fim de** que possa **corrigir** essas distorções dentro da sociedade
19 brasileira.

Versão do revisor

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A
2 canção da época, “noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do meu
3 coração...”, fez com que esse número ficasse bem fixado na memória
4 da população.

5 Em 2002, somos 180 milhões de habitantes. Nasceram,
6 aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32 anos, ou seja,
7 a população brasileira praticamente duplicou.

8 É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso
9 desafio de gerar empregos e criar escolas e hospitais. Enfim, não tem
10 como atender à demanda provocada pelo aumento da população
11 brasileira.

12 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas
13 que angustia a massa da população. E o mais grave é que a população
14 tem crescido na base periférica. O pobre fica cada vez mais pobre em
15 virtude da dificuldade de conseguir emprego, de proporcionar
16 educação a seus filhos. Desse modo, continuam as distorções na
17 sociedade brasileira.

Versão da supervisão

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. A
2 canção da época — *“noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do*
3 *meu coração”* —, fez com que esse número ficasse bem fixado na
4 memória da população. Em 2002, somos 180 milhões de habitantes.
5 Nasceram, aproximadamente, 90 milhões de pessoas em apenas 32
6 anos, ou seja, a população brasileira duplicou.

7 É evidente que o País não tem condições de enfrentar o imenso
8 desafio de gerar empregos, criar escolas e hospitais. Enfim, não tem
9 como atender à demanda provocada pelo aumento da população
10 brasileira.

11 Sr. Presidente, V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um
12 dos problemas que angustia a massa da população. E o mais grave é
13 que a população tem crescido na base periférica. O pobre fica cada vez
14 mais pobre em virtude da dificuldade de conseguir emprego, de
15 proporcionar educação a seus filhos. Desse modo, continuam as
16 distorções na sociedade brasileira.

Versão da Coordenação

1 Em 1970, o Brasil conquistou o tricampeonato de futebol. Uma
2 canção da época, *“noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu*
3 *coração...*”, fez com que esse número ficasse bem fixado na memória
4 de nossa população.

5 Em 2002, estamos com 180 milhões de habitantes. Nasceram,
6 aproximadamente, 90 milhões de brasileiros em apenas 32 anos; a

7 população praticamente duplicou.

8 É evidente que a sociedade não tem condições de enfrentar o
9 imenso desafio de manter a criação de empregos, escolas e hospitais.
10 Enfim, a sociedade brasileira não tem como atender à essa demanda da
11 imensa maioria da nossa população.

12 V.Exa. acaba de registrar uma das lacunas, um dos problemas
13 que angustia a população em nosso País. E o que é mais grave? Essa
14 população tem crescido na base periférica da ação. O pobre fica cada
15 vez mais pobre em virtude da dramaticidade, ou seja, a dificuldade de
16 conseguir emprego, educação para seus filhos, a fim de que se possa
17 corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira.

O Texto 5 representa, de maneira bastante significativa, como a intervenção tanto do taquígrafo quanto do revisor pode alterar o sentido do pronunciamento parlamentar. Na linha 2, da versão do taquígrafo, o verbo “haver” contribui para provocar o efeito de sentido de que naquela época – 1970 – existia uma canção, cujo trecho é citado, dentre tantas outras, e que esta canção fez com que o povo fixasse um número – esse – que não se pode, com a leitura até aí, identificar com certeza qual seja – 1970, tricampeonato, noventa milhões? –. Observe-se que a informação sobre que número é esse só é resgatada no parágrafo seguinte.

Significativa foi a interferência da revisão, que tirou o verbo com efeito de sentido de existência e o artigo indefinido, substituindo-os por um artigo definido, provocando um efeito de sentido diferente: de que, naquela época, havia uma única canção. Correção esta mantida pela Supervisão. A primeira versão, a do taquígrafo, foi resgatada apenas pela sugestão da Coordenação.

Outra mudança significativa ocorreu na linha 5, em que também houve mudança na construção frasal, substituindo o verbo “estar” pelo “ser”. Ora, na língua portuguesa esses verbos não são sinônimos, ou seja, não funcionam como o “to be” do inglês. Os efeitos de sentido provocados por cada um deles em dado contexto são significativamente diferentes. Por exemplo, em “A moça é bonita”, ser bonita é uma característica intrínseca da moça; já em “A moça está bonita”, estar bonita é uma característica momentânea da moça, que não é sempre bonita. No caso do texto acima, o deputado se põe discursivamente em uma esfera alheia, separada dos “180 milhões de habitantes”, como se estivesse olhando de longe ou de cima. Ele diz “estamos com 180

milhões de habitantes” e não “somos 180 milhões de habitantes”. Desse modo, o revisor modificou o sentido do texto de forma direta, incluindo o autor do discurso no total dos 180 milhões de habitantes.

Na linha 8, ocorreu a substituição do vocábulo “sociedade” por “País”; e, na linha 10, a elisão de “sociedade”, que retoma anaforicamente “País”. A justificativa para essa mudança, feita pelo revisor e aceita pelo supervisor, possivelmente seria a responsabilidade de que o País – como Estado?¹⁰ –, e não a sociedade, tem de suprir a estrutura social com empregos, escolas, hospitais etc. No entanto, com o uso da palavra sociedade, conforme dito pelo Deputado, seria a sociedade a responsável por suprir a própria sociedade. Isso é compreensível, se considerarmos que é a “sociedade”, formada por um povo democraticamente soberano, na pessoa dos cidadãos que pagam impostos, que mantém sua própria infra-estrutura. O governo seria – ou deveria ser – apenas o representante dessa sociedade, aquele que deve administrar o dinheiro que ela lhe entrega e provê-la em suas necessidades coletivas. Desse modo, pode-se considerar que a intervenção do revisor, nesse caso, foi indevida. O mesmo pode ter pensado o Coordenador, que sugeriu que a palavra sociedade fosse mantida.

Também não se justifica a troca feita pelo revisor na linha 11. Quando o parlamentar afirma que a sociedade não atende à demanda provocada pela “imensa maioria”, o efeito de sentido gerado parece ser o de que a margem da população brasileira que necessita de “empregos, escolas e hospitais” é cada vez maior, e está enorme, muito grande em relação àquela parcela – pequena – que não necessita disso. Além dessa mudança, o acréscimo da palavra “aumento” não agrega o efeito de sentido acima, embora corrobore a idéia inicial do texto, a de que a população está aumentando. A intenção do orador parece ser dizer que a sociedade – que paga impostos – não consegue atender à demanda provocada pelo aumento da população, e, do modo como ele disse, é esse o efeito de sentido provocado.

¹⁰ A definição de País, segundo o dicionário Aurélio Eletrônico (Séc. XXI), é “Conjunto formado de povo e território, não chegando a constituir um Estado, por lhe faltar soberania ou governo independente.”, portanto não envolve a parte administrativa, ou seja, o Governo. Parece, no entanto, que o revisor pensou num conceito de País que se confunde com o de Estado. De acordo com o dicionário Aurélio Eletrônico (op. cit.), Estado é “Organismo político-administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.”.

Essas mudanças foram mantidas pela supervisão. Já a coordenação sugeriu uma intervenção menor no pronunciamento do Deputado, mantendo “imensa maioria”, mas, de qualquer modo, por sustentar a retirada do vocábulo “provocar” em “demanda provocada”, também não se faz tão adequada. No texto do parlamentar, a “demanda” não simplesmente existe. Para haver a demanda, nesse caso, ela é provocada por algo, ou seja, “a demanda provocada por essa imensa maioria da população” remete o leitor à afirmação anterior de que a população brasileira está aumentando rapidamente (em 90 milhões num período de 32 anos), contribuindo para a construção dos sentidos de que esse aumento acelerado é que faz com que a sociedade não possa suprir tal demanda.

Um outro comentário que parece pertinente é que, ao falar, uma pessoa não formula parágrafos, então, aquele que escreve o texto, depois de ouvi-lo, é que deve ter o trabalho de formular o texto em parágrafos bem estruturados, conforme as regras de formação de parágrafos mais usual: tópico, desenvolvimento e fechamento (ABREU, 1996). Seguindo essa idéia, pode-se considerar que o que foi formulado em três parágrafos – os três primeiros – poderia fazer parte de um único parágrafo. Isso ajudaria a entender, por exemplo, que o parlamentar usou aí argumentos que convergem para o desfecho de que a sociedade não consegue pagar por/suprir de “empregos, escolas e hospitais” uma população que cresce tanto, o que é retomado no parágrafo final. A Supervisão ainda buscou unir as idéias, mas apenas em relação aos dois primeiros parágrafos, faltou ainda concatenar o terceiro, proposta deste estudo.

Nas linhas 14 e 15, houve também interferência do revisor quanto à entonação dada pelo Parlamentar, e registrada pelo taquígrafo, em forma de pergunta “E o que é mais grave?” A pergunta inclui o interlocutor, ela o traz à construção dos sentidos do texto, interpelando-o. É como se o Deputado dissesse: há algo de mais grave ainda do que aquilo que foi dito até aqui, o que é? O locutor chama, desse modo, o interlocutor a atentar para a existência de algo bem mais grave. Em forma de afirmação, esse efeito de sentido é amenizado. Além do que, o revisor deixou incompleta a resposta, ao retirar a expressão “da ação” (linhas 15 e 16). Daí, percebe-se que a mudança na construção frasal pode levar a uma construção dos sentidos diversa da pretendida pelo autor: na versão do revisor, mantida pelo supervisor, a “base periférica” é uma qualquer e pode se referir a diferentes fatores; na versão do taquígrafo, o efeito de sentido é que “a ação”, que é a de suprir a população – que se pode considerar “governamental” –, tem uma base limitada e que a população cresce quase fora desse

limite, na periferia da ação, em sua extremidade marginal. Essa visão é reforçada pelo período seguinte. Registre-se que a coordenação sugeriu a manutenção da pergunta e da palavra “ação”.

Também houve modificação nas linhas finais do texto. Um período foi transformado em dois, a palavra “dramaticidade” (linhas 16 e 17) e o trecho “a fim de corrigir” (linha 18) foram retirados pelo revisor e foi acrescentada a expressão “de proporcionar”. A frase do deputado era: “O pobre fica cada vez mais pobre em virtude dessa dramaticidade, dificuldade de conseguir emprego, uma educação para seus filhos, a fim de corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira”. Entende-se, lendo este trecho, que o revisor tenha percebido a necessidade de que fosse feita nele algumas modificações. Essas mudanças, no entanto, poderiam ser mais discretas para não afetar o sentido construído textualmente pelo parlamentar, se feitas apenas na pontuação e mais alguns pequenos ajustes.

Uma correção na pontuação poderia ser feita do seguinte modo: “O pobre fica cada vez mais pobre em virtude desta dramaticidade: dificuldade de conseguir emprego, educação para seus filhos.” Até aqui, percebe-se que o texto está coeso e coerente, mas parece que o trecho “a fim de corrigir essas distorções dentro da sociedade brasileira” não seria uma seqüência lógica para o trecho anterior. Entende-se, entretanto, que a correção das distorções adviria do emprego e da educação, citados anteriormente. A fala do deputado causa o efeito de sentido de que a situação é dramática para o pobre que, à margem da “ação”, tem dificuldade de conseguir emprego e educação, mas, se conseguir, isso contribuiria para corrigir essas distorções na sociedade brasileira. Isso foi detectado pela Coordenação, que é apenas uma sugestão, conforme se pode notar no texto, já que a versão publicada é a da Supervisão.

Percebe-se que as alterações efetivadas pelo revisor foram mantidas pelo Supervisor. Se comparada a versão do taquígrafo com a sugestão da Coordenação, verifica-se que houve a retomada de palavras do parlamentar. As modificações realizadas foram apenas para dar mais clareza e evitar as repetições, por exemplo, na linha 6, a substituição da palavra “habitantes” por “brasileiros”. As demais alterações foram todas com a mesma intenção.

Feitas essas considerações quanto ao Texto 5, e como esta análise pretende apenas mostrar que, muitas vezes, o texto é modificado discursiva e semanticamente

pelo revisor e que isso pode provocar efeitos de sentido bem distintos daqueles pretendidos pelo locutor, podemos partir para a análise do Texto 6. A intenção é a mesma e não se pretende exaustiva.

No Texto 6, a partir da linha 4, percebe-se claramente como o revisor interfere de maneira bastante direta no texto do parlamentar, principalmente com a supressão de palavras e até de expressões inteiras, com a intenção de enxugar e dar continuidade ao texto. Porém, essas alterações fazem com que as marcas características do orador se percam em detrimento dessa clareza e coesão supostamente pretendida pelo revisor.

Texto 6

Versão do taquígrafo

1 É preciso então ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido,
2 quando eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha
3 muito, tal a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui
4 queremos votar a cada instante.

5 **Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira com a**
6 **finalidade de alterar o dispositivo que regulamentava** as medidas
7 **provisórias de forma que** o Governo não usurpasse tanto a função do
8 **Legislativo e não adotasse tantas medidas provisórias.** Foi alertado
9 aqui pelo PDT, **através do Deputado Miro Teixeira, por mim**
10 **mesmo, e outros Deputados, foi levantada a questão, que se**
11 **aprovasse o art. 62 ou a Emenda Constitucional nº 32** da forma que
12 estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso, porque
13 o Governo não perceberia, não se contentaria em mandar os projetos
14 de lei para o Legislativo, continuaria **com aquela fúria** de editar
15 medidas provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35 medidas
 provisórias.

16 Então, **a culpa deste Congresso estar obstruído não é por**
17 **conta da oposição,** certamente não é por conta do PDT que tem 16
18 Deputados em 513, não é por conta dos partidos de oposição, é por
19 conta da base do Governo que não se entendeu, não houve
20 entendimento na base do Governo. **Ora,** é preciso que o Governo
21 compreenda que medida provisória é **uma coisa que tem que ser**
22 **usada dentro dos critérios** de relevância e urgência. Esta que estamos
23 votando agora, que se discute, é a prorrogação de um prazo **que não**
24 **precisaria ser por medida provisória em absoluto.** Não havia

25 necessidade. O Governo extrapola de suas funções e com isso **cria**
26 uma camisa de força.

Versão do revisor

1 É preciso ver isso. Na Suíça, que é um país desenvolvido, quando
2 eles votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal
3 a alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos
4 votar novas proposições a todo instante.

5 Alterou-se o art. 62 da Constituição brasileira com a finalidade de
6 restringir o uso das medidas provisórias pelo Governo, para que não
7 usurpasse tanto a função do Legislativo. O PDT disse aqui reiteradas
8 vezes que, se a Emenda Constitucional nº 32 fosse aprovada da forma
9 como estava, poderíamos criar uma malha de força para o Congresso,
10 porque o Governo não se contentaria em mandar os projetos de lei para
11 o Legislativo, continuaria com a compulsão de editar medidas
12 provisórias. Foi o que fez. Temos, atualmente, trinta e cinco medidas
13 provisórias em pauta.

14 Então, não culpem a Oposição pela obstrução dos trabalhos nesta
15 Casa. A culpa não é do PDT, que tem apenas dezesseis dos 513
16 Deputados com assento nesta Casa, nem dos demais partidos de
17 oposição, mas da base do Governo, que não se entendeu. O Governo
18 precisa compreender que medida provisória é para ser usada
19 obedecendo aos requisitos de relevância e urgência. Esta que estamos
20 discutindo agora, para prorrogar um prazo, não se justifica. Não havia
21 necessidade. O Governo extrapola suas funções e com isso coloca uma
22 camisa de força no Congresso Nacional.

Sugestão da Coordenação

1 É preciso então ver isso. Na Suíça, país desenvolvido, quando se
2 votam seis, sete projetos a cada legislatura, o povo acha muito, tal a
3 alteração que se faz no sistema legislativo nacional. Aqui queremos
4 votar a cada instante.

5 Fez-se uma alteração no art. 62 da Constituição brasileira, que
6 regulamentava as medidas provisórias, para que o Governo não
7 usurpasse tanto a função do Legislativo e não adotasse tantas medidas
8 provisórias. O Deputado Miro Teixeira, eu mesmo e outros Deputados
9 do PDT levantamos a seguinte questão: se fosse aprovado o art. 62 ou
10 a Emenda Constitucional n.º 32 da forma como estava, poderíamos

11 criar uma malha de força para o Congresso, porque o Governo
 12 perceberia, não se contentaria em mandar os projetos de lei para o
 13 Legislativo e continuaria com aquela fúria de editar medidas
 14 provisórias. Foi o que fez. Temos atualmente 35 medidas provisórias.

15 Então, a culpa de este Congresso estar obstruído não é da
 16 Oposição – certamente não é do PDT, que tem 16 Deputados em 513;
 17 é da base do Governo, que não se entendeu. Ora, é preciso que o
 18 Governo compreenda que medida provisória tem que ser usada dentro
 19 dos critérios de relevância e urgência. Esta que estamos discutindo e
 20 votando agora trata da prorrogação de um prazo, o que não precisaria
 21 ser feito por medida provisória, em absoluto. Não haveria necessidade.
 22 O Governo extrapola suas funções e, com isso, cria uma camisa-de-
 23 força.

Na linha 5, há a troca de “fez-se uma alteração no” por “alterou-se o”, o que modifica discursivamente o texto. Em “alterou-se o”, é como se o próprio artigo tivesse alterado a si mesmo, embora seja óbvio que um artigo não pode se modificar sozinho. Nesse caso, perde-se a informação de que apenas uma modificação foi feita e de que alguém agiu – fez – para que essa alteração se efetivasse. Além disso, o uso de uma forma ou de outra é apenas uma questão de estilo, ou seja, não há “erro” quanto ao padrão da língua portuguesa e, portanto, não se justifica a mudança.

Ainda na linha 6, trocou-se a expressão “alterar o dispositivo que regulamentava” por “restringir o uso”. Veja-se também a inclusão de novas palavras não pronunciadas pelo orador. Na linha 7, mudança também substantiva efetivada pelo revisor foi a permuta da expressão “de forma que” por simplesmente “pelo” e, na linha 8, a exclusão de “e não adotasse tantas medidas provisórias”, o que muda o efeito de sentido no todo do período. Ao usar o verbo “restringir”, a versão do revisor já traz o efeito de sentido de que não há necessidade de adotar tantas medidas provisórias, mas a repetição, pelo parlamentar, no fim da oração serve para enfatizar a sua posição de repúdio em relação às medidas provisórias.

De qualquer modo, o estilo do orador deve ser preservado, pois essa é uma característica de autoria que funciona como marca lingüística de sua ideologia, de sua formação discursiva, de sua origem. A própria Circular nº 12/2004, exposta na subseção 4.1.3 deste trabalho, alerta para o fato de que as correções devem preservar as palavras do orador, mantendo seu estilo.

Mas o que realmente chama a atenção é a exclusão de um trecho grande feita pelo revisor, nas linhas 8, 9, 10 e 11, em que o Deputado refere-se a alertas feitos tanto pelo PDT – “através do Deputado Miro Teixeira” –, quanto pelo próprio orador e por outros deputados. A supressão dessas informações traz grandes prejuízos ao texto, pois o modifica interdiscursivamente, ou seja, nas suas relações com outros discursos da mesma formação discursiva e ideológica. O revisor exclui a informação, que o orador faz questão de enfatizar, sobre os que, juntamente com ele, rejeitam a “fúria” do governo de editar medidas provisórias e alertam os outros deputados sobre isso, quanto à Emenda Constitucional nº 32. Isso é inadequado do ponto de vista discursivo, pois as relações ideológicas se mostram na linguagem, por meio das palavras usadas, pelo estilo do orador e até pelas lacunas deixadas por ele e pelos modalizadores escolhidos. Na versão do revisor, ficou caracterizado que apenas o Partido – PDT – alertou seus pares para essa questão.

Essas exclusões descaracterizam de forma bastante singular a fala do orador, além de revisões gramaticais necessárias não terem sido feitas. Essas revisões poderiam simplesmente adequar as palavras do Deputado à estrutura do texto escrito. Veja-se também, na linha 14, a troca de palavras da expressão “com aquela fúria” por “compulsão”, que, segundo o dicionário Aurélio, significam distintamente. Enquanto a palavra “fúria” significa “precipitação; agitação violenta; raiva; inconsideração de procedimento”, “compulsão” (ato de compelir) quer dizer “coação, constrangimento”. A mudança feita pelo revisor retira do texto o efeito de sentido de “fúria” governamental e lhe dá outro. O que o governo faria, segundo o deputado, é desconsiderar a função do legislativo – legislar –, fazendo-o ele mesmo, com a “fúria de editar medidas provisórias”. Ora, isso é bem diferente de “compulsão de editar medidas provisórias”.

Continua persistentemente o revisor com as trocas e as inversões de palavras. Na linha 16, ele começa pela inversão total da construção da frase, invertendo posição das palavras na oração. Há também outras modificações significativas, por exemplo, “deste Congresso” por “nesta Casa.”. Obviamente não é a mesma coisa, uma vez que o Congresso é composto por duas Casas: Senado e Câmara dos Deputados.

Na linha 20 e 21, o revisor elimina o articulador de argumentação “ora” e a expressão “uma coisa”. Pode-se até pensar que essas duas alterações se justifiquem, até certo ponto, pois alguns entendem que elas pertencem à oralidade e que não devem ser

usadas na escrita. Discursivamente, no entanto, o uso de “ora” no início da frase, além de introduzir uma argumentação contrária às edições recorrentes de medidas provisórias, configura-se como marca da indignação do Deputado. Já a expressão “uma coisa”, no texto do parlamentar, retoma anaforicamente “medida provisória”, predicando-a. Além disso, a construção da frase conforme pronunciada e escrita pelo taquígrafo, com o verbo no presente do subjuntivo, tem mais força que a versão do revisor e até a da Coordenação. Nesse contexto, a expressão “uma coisa” reforça a idéia de que a medida provisória não é “qualquer coisa”, mas “uma” especial, que deve ser usada em casos especiais, conforme os critérios de relevância e urgência.

Logo em seguida, o revisor troca “que tem que ser usada dentro dos critérios” (linhas 21 e 22) por “obedecendo aos requisitos”. Nota-se que o revisor, contrariando a Circular nº 12/2004, citada e na subseção 4.1.3 deste estudo, não utiliza o vocabulário ou o repertório falado pelo orador, incluindo palavras novas, de seu conhecimento, além de modificar o estilo das frases – que são escolhas suas (do revisor), conforme sua formação discursiva e ideológica, e não do Deputado –, ou seja, o revisor está reconstruindo o texto do Deputado, como se esse texto fosse seu. Isso, de modo algum, obedece aos critérios de imparcialidade e de fidelidade ao texto original.

Veja-se como o revisor interpreta e redige ao substituir a expressão “que não precisaria ser por medida provisória em absoluto” (linhas 23 e 24) pela expressão bastante concisa e enxuta “não se justifica”. Mudanças como essas não são convenientes, nem honestas com aqueles que lerão o texto parlamentar.

Fazendo uma comparação quantitativa, nota-se que ocorreu um enxugamento demasiado do texto do orador e que a Coordenação sugeriu que algumas das alterações não fossem feitas, de modo a retomar o texto original. Mas outras mudanças foram mantidas na sugestão da Coordenação. Comparando o número de linhas, há uma diminuição significativa da versão do taquígrafo, que tem 26 linhas, para a do revisor, que tem apenas 22 linhas. Ou seja, o revisor eliminou quase um parágrafo inteiro do texto do parlamentar.

Entende-se, no entanto, que as intenções do revisor tenham sido boas, pois objetivam dar mais clareza e objetividade ao texto, no entanto, essas mudanças não mantêm as marcas pessoais do orador, suas escolhas. Mesmo que a intenção do revisor seja a melhor, ele precisa entender que seu papel é o de modificar o mínimo possível o

texto do outro, pois esse outro é diferente dele. O “outro” tem sempre motivações e memórias discursivas particulares, singulares, dada a sua própria incompletude e fragmentação como sujeito de um discurso. O revisor também, ao interferir no texto, posiciona-se como sujeito do discurso, e essa sua posição é também política e ideológica, mas isso e seu cargo de revisor não lhe permitem imprimir – ou não deveriam permitir – seu estilo pessoal e suas escolhas semânticas, textuais e, portanto, ideológicas em um texto do qual ele não é o autor.

CONCLUSÃO

Já no exórdio dos trabalhos com a linguagem, percebe-se claramente que a linha adotada pelos gramáticos em relação a ela se distanciava da concepção assumida, recentemente, pela Análise do Discurso. Depois da análise do *corpus* deste estudo, entende-se que o taquígrafo e o revisor que seguirem apenas os ensinamentos da gramática normativa (tradicional), para proceder à revisão de textos, com certeza não conseguirão manter a fidelidade semântica e discursiva conveniente aos textos parlamentares.

Sendo o discurso uma prática social, política e ideológica, que se prolifera e se dispersa no tempo e espaço, ele contribui para a construção das identidades sociais. É, portanto, um fator de controle social e, por isso, fica evidente que na interferência do taquígrafo e do revisor – que têm a responsabilidade de traduzir fielmente o pensamento político de cada parlamentar – há nítida mudança do foco discursivo, bem como alteração no estilo do orador.

Percebe-se também que são o taquígrafo e o revisor os responsáveis por traduzir a fala do parlamentar para a escrita e acrescentar os recursos coesivos necessários, dando continuidade e sentido ao texto, identificando e corrigindo eventuais erros ou problemas reais de concordância, regência, pontuação – que deve ater-se ao que o orador enuncia, da forma como enuncia, ou seja, à sua entonação, que é também significativa – e outros elementos estruturais e semânticos do texto, mas sempre lembrando a relação discursiva do texto revisado com o autor e seus interlocutores.

A função do revisor não é apenas acrescentar e substituir palavras ou frases, unir as sentenças por meio de conectivos, mudar de lugar ou reagrupar os elementos e corrigir erros gramaticais a seu bel-prazer, mas, sempre que possível, analisar o texto para compreendê-lo discursivamente, conforme o momento e a situação sócio-histórica de sua enunciação, de modo a manter a fidelidade semântica e discursiva, para não prejudicar a continuidade, a clareza e a ordem do discurso.

O revisor deve, portanto, adequar-se à linguagem do texto, para, depois adequá-la à norma culta. Caso contrário, estará fadado ao engessamento da textualidade, ou seja, à uniformização e ao nivelamento aleatório dos pronunciamentos proferidos no Congresso Nacional.

Mesmo com toda a fundamentação teórica deste trabalho, desde o conceito bakhtiniano de gênero (Bakhtin, 2000) – que deve ser categoria embrionária da análise feita pelo revisor, antes de fazer a revisão –, e a interpretação que Thompson (1995) faz da ideologia, além das observações feitas no capítulo de análise e com esta conclusão, ainda não é possível estabelecer um método perfeito que leve o revisor a um resultado indubitavelmente seguro do seu trabalho.

Uma boa revisão requer atenção a estudos muito mais acurados do que o que foi feito aqui, pois este trabalho somente busca apontar fatos com base numa teoria. O profissional da revisão deve considerar não apenas a questão do gênero, a interpretação da ideologia e todos os princípios da construção textual dos sentidos, como a coesão e a coerência, mas também seu bom senso e comprometimento com o texto, com o autor, com o interlocutor e com sua própria profissão. Nesse caso, fidelidade é fundamental.

A grande questão, no entanto, permanece ainda latente: como realizar um trabalho excelente e eficiente num tempo o mais exíguo possível? Como disponibilizar ao público um texto escoreito ou aceitável em curto espaço de tempo? O estabelecimento de um método de revisão textual buscaria justamente uma solução para a flagrante incompatibilidade entre o trabalho melindroso do revisor e sua velocidade para disponibilização. Este é um desafio daqueles que lidam cotidianamente com a linguagem e que perseguem incansavelmente um processo de comunicação mais próximo do ideal.

A conclusão a que se chega, após esta breve pesquisa, é que há uma sensível interferência do revisor e até mesmo do taquígrafo no discurso do parlamentar. Sem qualquer parcimônia, eles acrescentam palavras, modificam totalmente a estrutura dos períodos e também a semântica do texto. É comum que muitos desses profissionais – sem generalização, pois há aqueles que são mais atentos – não se esforcem em identificar e respeitar o estilo do orador ou nem mesmo se importam com isso. A consequência de toda essa intervenção é a uniformização dos textos parlamentares, o que descaracteriza os discursos políticos de cada orador.

O revisor deve, portanto, reverenciar o texto – que não é seu –, pois estará, desse modo, demonstrando seu respeito ao orador, enquanto sujeito-autor de um discurso, e a seus interlocutores, que buscam reconhecer no texto o seu representante,

no caso o povo, ou o seu par, no caso os outros parlamentares. Para atingir esse objetivo, o revisor deve, então, ter como meta a adequação do texto parlamentar à linguagem padrão da língua portuguesa, sem, no entanto, intervir de modo tão drástico na semanticidade e na textualidade, que são características pessoais de escolha e estilo de cada um. Esse profissional deve, ainda, se preocupar em entender o pensamento do autor, suas escolhas discursivas, seus motivos para dizer o que diz e do modo como diz. Fazer um estudo semântico e discursivo do texto pode ser muitíssimo produtivo e, se demorar um pouco no início, o revisor, com paciência e prática, pode fazê-lo rápida e competentemente depois de algum tempo de dedicação ao treinamento. Para isso, basta fazer essa escolha e se comprometer ideológica e profissionalmente com ela.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1996.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Brasília: Bloch, 1981. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/vocabulario/frame11.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2006.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *Os Gêneros do Discurso*. In: Estética da Criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. Edição popular anotado por Adriano da Gama Kury. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. *Circular n° 12*. Brasília: DETAQ, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Resolução n° 20*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1971.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 7ª ed. Brasília: Coordenação de Publicações, 2006.
- BRASIL. Senado Federal. Agência Senado e Jornal do Senado. *Manual de Redação da Secretaria de Comunicação Social*. Brasília, 2001. Disponível em: <http://senado.gov.br/comunicação/agencia/manual/m_agencia.pdf>. Acesso em 23 de nov.2007.
- BRASIL. Senado Federal. *Regimento Interno do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal. 2003.
- BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 15ªed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CARVALHO, Kildere Gonçalves. *Técnica Legislativa*. 4ª ed. Ver. Atual e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CORRÊA, Elenita Maria Lima; CONCEIÇÃO, Adilson; VILLAS BOAS FILHO, Waldemar. *Manual de elaboração legislativa: modelos e informações*. 4ª ed. rev. e ampl. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.
- CURY, Waldir. *Taquigrafia em Foco. Notas Tironianas*. Brasil, 2007. Disponível em: http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/notas_tironianas.pdf. Acesso em 17 ago. 2007.
- DICIONÁRIO ELETRÔNICO. *Novo Dicionário Aurélio*. Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.aureliopositivo.com.br/aurelio/default.asp>
- FAIRCLOGH, Normain. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FIORIM, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004
- _____(org.). *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HILGERT, José Gaston. *A Construção do texto falado por escrito: conversação na Internet*. Disponível em: <http://www.cnpp.br>. Acesso em 16 de dez. 2007.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.
- _____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MCLELLAN, David. *A ideologia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas - Movimentos e Regimes*. Trad. de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, c1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguagem e Classes Sociais*. Porto Alegre: Momento, 1975.

_____. *Análise de Conversação*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Gêneros Textuais Emergentes no Contexto da Tecnologia Digital. In MARCUSCHI, Luiz Antônio (org.) *Hipertexto e Gêneros de Sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MANUAL DE REDAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicação, 2004.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. *Linguagem Forense: a Língua Portuguesa aplicada à Linguagem do Foro*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

NEGRÃO, Theotonio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTOS, Luiz Cláudio Alves do; NETTO, Miguel Gerônimo da Nóbrega; CARNEIRO, André Corrêa de Sá. *Curso de Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília: Vestcon, 2006.

TAQUIBRÁS. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.taquibras.com.br>> Acesso em: 17 ago. 2007.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.